

## **Ponto de partida:**

---

No dia 29 de Setembro a Casa da Achada vai fazer três anos. Em torno do espólio de Mário Dionísio, partindo da sua obra de escritor, pintor, professor, da sua atitude perante a vida e da sua relação com o mundo e com os outros, da obra de outros artistas seus amigos, da quantidade de temas de toda a ordem e de questões que a sua obra convida a pensar e repensar, muita coisa se passou na Casa da Achada com mais ou menos gente presente, mais ou menos interesse, sempre com esforço, mas com muita alegria de trabalhar e de juntar pessoas. É com algum orgulho e até alguma surpresa que nos damos conta do que se fez em três anos e da quantidade de gente de áreas diferentes que por aqui passou, participou, se conheceu.

Independentemente da natureza de cada uma das realizações e sem pensar muito nisso, a própria Casa acaba por definir uma «personalidade própria», uma maneira de estar na chamada Cultura que é afinal aquilo que reúne tanta gente diferente e que em tudo se opõe ao «mercado cultural» que, com crise ou sem crise, vai minando a própria ideia, função e lugar da arte, do conhecimento, do pensamento, do prazer, na vida das pessoas, tudo englobando na lógica do dinheiro ou da falta dele. Sentimos que uma das razões principais por que as pessoas gostam de cá vir é justamente por este espaço ser uma ilha de «civilização» no supermercado cultural, e corresponder de forma espontânea e natural afinal a um senti-

mento político comum a tanta gente, que aqui se sente bem, a uma verdadeira necessidade de encontrar cúmplices de oposição à lógica tecnocrática, inculta, mercantilista, desumana, em que o sistema político em que vivemos nos quer prender.

A «crise» está a tornar em fatalidade uma barbárie que muita gente recusa, e que é decorrente do próprio sistema de valores sobre o qual a sociedade agora se rege; o tema da própria progressiva desresponsabilização do Estado pela actividade cultural muitas vezes encobre a interiorização na vida artística dos critérios de mercado ou a ignorância a que os sistemas educativos condenam a actividade intelectual.

Já que a Casa da Achada tem juntado tanta gente solidária neste sentimento de oposição, pensámos que seria oportuno celebrar os seus três anos de existência com uma tomada de posição, uma tentativa de primeiro manifesto. Pensámos que podíamos programar uma maratona de pequenas intervenções de 10 minutos de colaboradores da Achada, pessoas de muitas áreas diferentes e de diferentes idades, em que, cada um à sua maneira, desse conta do mal-estar que sente na vida cultural, fizesse um diagnóstico de erros, desse sugestões, falasse das relações do dinheiro com a prática, das aspirações, dos problemas de formação artística, de cultura e educação, cultura e escola, desencantos e alegrias, formas de organização. Gostaríamos de reunir testemunhos pessoais ou colectivos, pequenos textos que no seu conjunto acabassem por dar conta de como a vida política afecta a actividade cultural e como a vida cultural pode ou não influenciar a vida política nesta já segunda década do século XXI e ser ela própria actividade política prioritária. Com o mesmo carácter livre e espontâneo com que tanta gente tem colaborado nas actividades da Casa, seria uma tentativa de prestar testemunho de como na Casa da Achada existe, em cada momento de trabalho, em cada conversa, em cada sessão em que participamos, um ideal de vida que é contrário ao que as democracias europeias estão a querer solidificar mas que gostaríamos que cada vez mais recusassem.

A Casa da Achada não corresponde a nenhum dos modelos culturais previstos. Em vez de isso nos empurrar para uma atitude defensiva, gostaríamos de afirmar como vontade de criação de um espaço de combate ou de afirmação de alternativas. Desafiamo-lo a ser um dos que na tarde do dia 29 tomasse a palavra. A ideia seria dedicar a tarde a essa sequência de intervenções e conseguir depois editar como livrinho esse conjunto de textos. Jantaríamos por lá e ainda cantaria o Coro da Achada.

## Ariana Furtado:

---

O meu nome é Ariana Furtado e sou professora na Escola do Castelo.

Conheci a Casa da Achada-Centro Mário Dionísio há três anos através da Escola. Da chegada à Escola de um convite para a participação de um grupo de alunos, preferencialmente zangados com a leitura, na Leitura Furiosa. Não tinha alunos zangados com a leitura, mas fiz com que todos participassem, porque senti que aqui viriam encontrar mais uma secção do supermercado que será a vida destes meninos. Aquela secção que eu muito estimo. Aquela secção onde se encontram as palavras, a diversidade, a atenção, as ideias, os textos, as imagens, as linhas que só serão entendidas (e por alguns) com o correr da vida, com a descoberta, com o acumular de experiência, com o viver...

E «porque o que é preciso, o mais possível, é que a cada coisa que se faça a gente se divirta» (Agostinho da Silva). Eu divirto-me.

O que me deu a Casa nestes três anos? Deu-me a possibilidade de dar a conhecer a alunos pequenos a obra de Mário Dionísio poeta, escritor, pintor e professor, porque os sistemas educativos têm ignorado a actividade intelectual (... não apreciam professores que pensam e fazem pensar). Mário Dionísio dá-me que pensar e faz-me pensar. Deu-me esse carácter livre e espontâneo da colaboração, da partilha, da aprendizagem com o outro.

Faz sentido falarmos de cultura e escola com os professores que temos? Não sei.

A escola como entreposto cultural tem cumprido o seu papel com os professores que tem? Também não sei.

A escola pública nunca, como nos dias de hoje, se viu confrontada com tantas diversidades culturais, sociais, políticas e ideológicas que tanto a desafiam à mudança como igualmente a colocam numa permanente tensão face à necessidade de preservar e uniformizar.

Os professores devem possuir uma formação cultural ampla: ouvir música, ler livros, ir a museus, ver teatro, cinema... Ouí o João Canijo (realizador de cinema) dizer que «... a ignorância dos professores é muito maior do que a do meu tempo. Eles (no passado) tinham uma vantagem: havia muitos professores que eram da oposição e que por militância ensinavam o que não vinha nos livros».

Um professor é um agente cultural. Qualquer agente cultural é político. Faz política na medida em que escolhe pelo interesse comum/geral ou escolhe para partilhar com alguns, com a cidade.

Política é cultura. Política quer dizer: escolher e governar a cidade, participar no governo da cidade, do país.

O homem da cultura Mário Dionísio foi político.

Num curto sentido (no sentido quotidiano de cada um dos homens) todos nós somos políticos e homens de cultura. Tem-nos faltado comprometermo-nos. Tem-nos faltado deixarmos de ter medo de existir.

## Eis a Casa da Achada

29 de Setembro, terceiro aniversário

Há uma porta aberta para uma rua. Porta aberta, calçada modesta. Faz três anos que a porta abriu. A calçada, que era negra e irregular foi modernizada, «normalizada», este Verão. Quando entramos, lá dentro é mais fresco, ou mais quente, sempre em confronto com o lá fora. É o carácter da casa: em confronto com o lá fora. O patrono também era assim. Chamava-se Mário Dionísio. A sua biblioteca, os seus papéis, os seus desenhos, a sua pintura, os seus poemas, os seus contos, as suas entrevistas, as suas críticas, a sua Paleta e o Mundo, decoram esta casa de porta aberta.

Na minha vida, como todos nós, passei por momentos formadores, uns mais longos outros mais velozes: e agora, no ocaso da vida, pela mão da Eduarda, a herança Dionísio.

A herança Dionísio é pesada: coerência, verdade, olhar agudo; nada de complacência com os baixos interesses; persistência e qualidade no trabalho; exigência máxima para consigo próprio; incansável activismo pró-esperança; olhar aberto para o mundo; coerência individual, custe o que custar; não estar sempre de acordo, interrogar-se todos os dias; interpelar o mundo; *ne pas saluer les archers du roi*.

Deixem-me dizer-lhes o que está a passar-se neste mundo onde ainda vivo mas de onde sairei em breve, o da edição de livros, o que é que não bate certo com a herança Dionísio.

Está a desaparecer, pé ante pé, aquilo que era mais maravilhoso nesse mundo, a possibilidade de escolher livros segundo um critério pessoal, em grande liberdade e de acordo com o que de mais belo um livro pode oferecer, a capacidade para perguntar a um leitor «que reino é este, que fazes tu nele?»;

Está a desaparecer a possibilidade de escapar à uniformização forçada de pensamento e gosto, de escapar aos livros da papinha feita, que moldam o pensamento dos leitores segundo o mais corriqueiro drama burguês e os formatam para o não-pensar;

Está a desaparecer a ideia de que editar livros só faz realmente pleno sentido como projecto cultural e cívico que desafie os leitores e o mundo instalado e as suas múltiplas injustiças. Que saudades da lição, ainda tão próxima de nós, das Éditions

de Minuit, de Vercors e dos seus companheiros impressores e autores travando as pequeninas batalhas de Resistência que eram fazer e distribuir livros sem censura, livros que transformavam a dor em beleza.

Pois estar na Casa da Achada é desafiar todos os dias a preguiça de mudar a vida, de mudar o mundo. É desafiar todos os dias a preguiça de falar. A Casa da Achada é um pequeno espaço cheio de gente vária, «lavradores que pescam e pescadores que lavram». Um espaço cheio de ideias diferentes, rico de memória e futuro comum. É, de facto, um lugar de pequenas contribuições para grandes mudanças. É um lugar de encontro, onde pensamos, fazemos, lemos, cantamos, partilhamos saberes vários, cinema, pintura, literatura, estudamos, comemos e bebemos. De algum modo dizemos diariamente aqui, como os cossacos zaporogos disseram ao sultão de Constantinopla: «Não, não iremos aos teus sabats!» Sempre de porta aberta para a calçada.

«Alguns sorrirão do nosso empenhamento», lamentou Louis Aragon a certa altura. Não faz mal: felizmente nós próprios sabemos sorrir de nós.

Se me apetecesse citar algo que só os poetas sabem dizer a propósito de Mário Dionísio e da Casa da Achada talvez pudesse folhear um livro de um grande e já desaparecido poeta espanhol, José Ángel Valente. E ler então: «Atravesso um deserto e a sua secreta / Desolação sem nome. / O coração / Tem a secura da pedra / E os estalidos nocturnos / Da sua matéria ou do seu nada. / Há porém uma remota luz / E sei que não estou só; / Ainda que depois de tanto e tanto não haja / Nem um só pensamento / Capaz contra a morte, / Não estou só. / Toco por fim esta mão que partilha a minha vida / E nela me confirmo / E palpo quanto amo, / Levanto-o ao céu / E mesmo sendo cinza proclamo: cinza. / Mesmo sendo cinza tudo quanto tenho, / Tudo quanto me foi oferecido como esperança.»

## **Da liberdade de expressão e criação à expressão e criação da liberdade**

Sei bem que, ouvindo-me falar de liberdade de expressão e liberdade de criação, haverá quem ache o meu vocabulário irremediavelmente datado e anacrónico, escandalosamente pouco subversivo, senão demasiado reformista, e logo contra-revolucionário. E a verdade é que tanto como a monopolização dos meios de comunicação, a censura e outros aparelhos policiais do poder político oligárquico, que são dispositivos talvez mais perceptíveis, também a normalização e a neutralização do sentido das ideias e das palavras, a sua redução às frases feitas que fazem a ordem estabelecida e através das quais esta se refaz, reprimem a interrogação e a recriação entre iguais do sentido dessas mesmas ideias e palavras, quotidianas e comuns, cuja partilha é requerida pela igual e livre participação dos cidadãos comuns no governo da cidade.

Assim, precisamente o termo «cidadão», que, para Aristóteles, por exemplo, designava aquele que não estava submetido a um governo em cujo exercício não pudesse participar como governante de parte inteira e em pé de igualdade com os demais, designa hoje alguém cuja participação no governo da cidade se limita ao direito de voto num colégio eleitoral convocado a anos de intervalo. Do mesmo modo, a palavra «democracia», que significava a cidadania governante e a autonomia individual e colectiva de sujeitos capazes de se darem as suas próprias leis, assumindo a responsabilidade de o fazerem; a palavra «democracia» que significava o exercício do poder político pelas assembleias de cidadãos e os seus magistrados, muitas vezes designados por sorteio, funciona hoje – nos casos menos maus – como uma espécie de sigla de qualquer coisa como o «Estado de direito» de uma oligarquia capitalista e liberal, cujas prerrogativas governantes se exercem, a coberto da autonomia sistémica da economia, largamente à margem do controle do «povo soberano».

Todavia, se formos capazes de libertar as palavras desta sua captura instrumental e burocrática, talvez possamos considerar a liberdade de expressão e a liberdade de criação – entendidas como exercício de interrogação, questionamento e proposta de alternativas, inseparável dessa mais arquitectónica de todas as artes que é a política ou o governo da cidade –, talvez possamos considerá-las, à liberdade de expressão e à liberdade de criação, os princípios, ao mesmo tempo que os fins, que melhor caracterizam as actividades da Casa da Achada/Centro

Mário Dionísio, do mesmo modo que inspiraram a vida e a obra daquele cujo nome este colectivo quis que estivesse presente no seu.

É por isso que, para concluir e tendo em conta o projecto de manifesto para o qual fomos convidados a contribuir, eu diria que um primeiro balanço das actividades desta casa bastaria para nos fornecer uma ideia ou proposta de intervenção ao mesmo tempo cultural e política, da qual não seria abusivo fazermos uma divisa: *da liberdade de expressão e criação à expressão e criação da liberdade*. Ou seja, e explicitando um pouco mais: da reivindicação da liberdade de expressão e criação do pensamento e das artes ao exercício igualitário da participação de todos na deliberação e na decisão das leis por que se governam.

Com efeito, a liberdade de expressão e criação só nessa criação e expressão da livre e responsável igualdade dos governados no exercício do seu autogoverno pode aceder à plenitude das suas potencialidades, ao mesmo tempo que é condição necessária da extensão dessa igualdade, em termos de liberdade efectiva e de efectivo exercício do poder, sem a qual os nomes «democracia» ou «cidadania», por um lado, e a palavra «cultura», por outro, se reduzem a mistificações que mutilam tanto a paleta como o mundo que, inscrevendo-se nele, ela transforma e recria – tanto a vida do pensamento e da linguagem como as condições da liberdade nos trabalhos e nos dias das nossas próprias vidas.

Na Casa da Achada/Centro Mário Dionísio, Lisboa, 29 de Setembro de 2012



## Máscaras, prisões, liberdades e cifrões

Um amigo disse-me um dia: a cultura é a água.  
E eu fiquei a matutar nisto.

A cultura é a água  
e a forma de a beber  
e como te passo eu água se tu tens sede.

A cultura é o pensamento  
e a forma de o dizer  
e o processo como o transmito  
tudo junto.

Parto do que vejo: a irresponsável destruição do mundo, a tentativa de impor uma ordem que nos reprime, a exploração desmedida do trabalho, a mentira do sucesso, do mérito e da competição, a tecnocracia governando, a burocracia impedindo de fazer, a vigilância controlando os passos da gente, o desmantelamento do que resta de público, o ataque violento ao bem comum, uma sociedade baseada na acumulação de poucos e não na satisfação das necessidades de todos... ai!

Que palavras tão grandes. Parece uma tarefa imensa mudar isto tudo.  
E ao mesmo tempo sabemos que tem de mudar tudo. Que as coisas têm de mudar de base.

**(Que loucura pensar que não se pode mudar nada, que loucura ficar sozinho e lutar sem ti, que loucura criar valor para a luva, para o lucro de poucos, e produzir lixo para o lixo, desperdiçar a vida, que loucura insistir nisto quando todos já percebemos que é mentira.)**

Desculpem usar a palavra cultura, tão vaga, tão gasta, com tantas contradições lá dentro. Vamos esquecer um bocadinho a cultura dominante e a ideologia dominante, a que nos diz que tudo tem de ser assim como é e sempre foi. A cultura de quem domina e quer continuar a dominar.

1.

Para mim, cultura são **ferramentas** para a emancipação – para a libertação das pessoas. Ferramentas para a transformação do mundo. Ferramentas não são apenas objectos, são também palavras, ideias, formas de pensar.

Ter essas ferramentas, que nos pertencem, é uma das condições para mudar pela acção as formas de relação entre os seres humanos, conquistando coisas necessárias para o lado de cá, o lado da emancipação. Chegamos então a uma questão política. Mas a política que domina, domina para o outro lado: é a imposição da mercadorização do mundo, a repressão contínua – económica, social, ideológica, sobre as pessoas e as suas vidas.

Felizmente a gente resiste, e o próprio corpo humano resiste, tem outras necessidades.

**(Sensata é a revolução, mesmo que te pareça apenas a selvagem apropriação da casa e do fruto.)**

2.

Cultura são ferramentas e são também **formas de transmissão**, formas de partilhar, de passar, de transmitir – e esta transmissão também é uma questão política. Como são os modos de transmissão, as maneiras de passar as coisas entre nós. Objectos, sim, mas também saberes e fazeres.

A cultura é a água  
e a forma de a beber  
e como te passo eu água se tu tens sede.

A cultura é o pensamento  
e a forma de o dizer  
e o processo como o transmito  
tudo junto.

Nessa passagem aprendemos. E este aprender é muito importante, porque é nessa aprendizagem que nos libertamos do jugo. Porque precisamos de saber e de saber fazer para termos mais força. Precisamos de estar juntos, precisamos de mais força para os combates que se avizinham.

Para derrotar os canalhas, os pulhas, os aldrabões, os patranheiros que tomam conta das mentiras para não deixar que elas se apaguem. Precisamos de estar juntos, precisamos de mais força para os combates que se avizinham. Para derrotar a arrogância enorme de quem decreta que não há dinheiro enquanto guarda milhões para jogar no casino. Pior: querem transformar tudo à sua volta, tudo aquilo em que tocam, em fichas de casino.

O dinheiro – os cifrões: dizem que não há, mas já sabemos que há – não é para as coisas de que precisamos. Entretanto, este dinheiro que dizem «emprestado» é roubado às pessoas. A «troika» gere-o agora apontando uma arma à nossa cabeça e diz: é assim ou não é nada. Chantagem que teremos de recusar. É preciso tirar-lhes o tapete. Mostrar as armas que temos, que são antes de mais as mãos que temos.

3.

Não podemos aceitar isto. E então?

É preciso coragem. Aliás, é preciso **duas coragens**:

A primeira é a coragem de **dizer não** quando seria suposto obedecer, falar quando os outros se calam; essa coragem implica combater as ideias feitas e o não pensar – ou pensar sempre no quadro dos outros; essa coragem implica também não andar atrás das agendas dos poderosos, andar a toque de caixa (vemos hoje o perigo que isso representa no jornalismo, por exemplo). Dizer não, não tem de ser assim. Não, não aceito. Não, assim não faço.

A segunda coragem é a da persistência, da teimosia – **não desistir**; é a coragem de quem faz há três anos uma casa destas aberta às pessoas, por exemplo. É a coragem de quem luta todos os dias, e não só nos dias de «eventos».

Não é a cultura em geral que está em perigo – é a própria liberdade, é a própria possibilidade de fazer, é a possibilidade de nos libertarmos destas prisões que nos repetem: assim foi e assim será, é natural, tem de ser, não há outra hipótese.

Não há outra hipótese? Mas o que eu vejo todos os dias – aqui e acolá – são bocadinhos dessa outra hipótese, no conflito, na luta, na dissensão, na emancipação das pessoas, nas aprendizagens rápidas e lentas das coisas da vida, na possibilidade contraditória de nos safarmos mesmo assim, de arranjar a outra maneira, a outra hipótese.

Sim, há outra hipótese, não somos todos devedores ou credores, cigarras ou formigas.

**(Sair do melhor e do pior, passar para outra qualidade. Não confundir alhos com bugalhos, nem sínteses com verdades. Dar o salto, apoiando bem o pé.)**

Somos os produtores e utilizadores do mundo, da vida, dos objectos, das palavras... e voltamos às necessidades. A emancipação dos produtores pode ir no sentido da satisfação das necessidades de todos, as necessidades comuns e até algumas incomuns, necessidades propostas, feitas, produzidas, discutidas por todos em vez da ganância, da acumulação, do casino e da guerra.

Há muita gente no mundo a dizer chega, basta de mentira, estamos fartos, queremos uma sociedade assente noutras bases. É com esses que quero estar.

# Regina Guimarães:

---

Em 2007, há 5 anos atrás,  
escrevi uma canção  
mais de desespero do que de resistência  
que não resisto a ler-vos em jeito de preâmbulo.  
Era mesmo uma espécie de toque a rebate  
na crista do desencanto.

*self made coisa e tal  
fabricante de bandeira  
kit-kat do capital  
luna park de fronteira  
falocrata à paisana  
pico-pico saramico  
sanduíche americana  
quem te deu tamanho bico  
cê é é tem-te não caias  
cala e come a tua mão  
menino saia das saias  
homem não se quer chorão  
ai não queres? adeus viola  
quem pode não sai de cima  
da foda não reza a escola  
muito perdoa quem rima  
carros e supositórios  
muita parra pouca uva  
ele é tempo de velórios  
aos velhos leva-os a chuva*

*nem tanto ao mar  
nem tanto à terra  
a gente ladra ao luar  
mas à luz do sol não ferra*

*muita carne de terceira  
com molho tudo se engole  
pergunta à alternadeira  
se a moral não anda mole  
central talvez nuclear  
guerra sempre preventiva*

*gasolina prò jantar  
que a gente em nada se priva  
era uma vez um país  
à beira-mar chamuscado  
porque deus assim o quis  
de cinza e negro pintado  
era uma vez uma terra  
do lá vem um lá vão dois  
onde a carroça se enterra  
terão de passar os bois  
banda larga em cu de judas  
rédea curta noutras bandas  
podes gemer mas não mudas  
muito pias pouco mandas*

*nem tanto ao mar  
nem tanto à terra  
a gente ladra ao luar  
mas à luz do sol não ferra*

*gira lá roda da sorte  
gosto de ouvir-te chiar  
pois do berço até à morte  
me deixarei embalar  
caluda bolinha baixa  
o salazar é que era  
o povo a toque de caixa  
nesses tempos quem me dera  
ó senhora dos parolos  
que fazes numa azinheira  
precisamos é de golos  
e missa futeboleira*

*futebol de canapé  
nossa senhora da bola  
tenho medo e tenho fé  
cerveja com muita gola*

*nem tanto ao mar  
nem tanto à terra  
a gente ladra ao luar  
mas à luz do sol não ferra*

*se é pobre é porque tem culpa  
se é preto tirem-lhe a tosse  
se é puta que pague a multa  
e se é puto antes não fosse  
se é bicha jaula com ela  
se é bicho atira a matar  
se é jovem não lhe dês trela  
se é cota não tem lugar  
se é doente já não presta  
se é diferente compre um cão  
se é urgente não tem pressa  
se caiu deixa-o no chão  
rebéu béu pardais ao ninho  
portugal engole sapos  
no sótão só macaquinhos  
na cave gatos sapatos*

*pequeno bicho da terra  
faço de barata tonta  
e se morrer a bezerra  
o enterro é por minha conta*

Entretanto houve a Achada, há a Achada.  
Porque ela faz, nós fazemos, 3 anos,  
redigi esta crónica do achamento.

Há um CENTRO.

Há uma CASA.

O CENTRO dedica-se à concentração  
com vista a uma irradiação.

Sobre e a partir da obra, da vida e da memória de Mário Dionísio.

A CASA tem frentes e traseiras.

Dá para uma praceta onde cabe o colectivo  
que não se confunde com o anonimato das massas.

Fonte no umbigo. Pequeno anfiteatro. Rotundidade.

A CASA dá para a rua,

acolhe quem passa e quer

e, quando faz bom tempo,

abre para um parêntese nocturno de cinema ao ar livre.

De terreno abandonado se fez sala.

A CASA dá para uma viela

onde mora gente de modesta condição –

sob a forma teatral de varanda,

ora local de atelier,

ora espaço de exposição informal.

As traseiras da CASA dão para um jardim recatado

onde impera uma nespereira

Verduras e flores várias.

Um limoeiro incansável.

Mesas e assentos.

Lugar de libação,

de liberdade de conversa e de canto destravado.

A CASA tem um dentro, um miolo.

É nesse caroço ainda com cara de grande oficina

que as pinturas de Mário Dionísio nos olham

de frente ou de esguelha, de cima ou à altura da nossa retina.

Mas a diagonal Dionísio é sempre desapiedadamente frontal.

Formas sem ênfase, esforço de infinitude, quebra de espelho.

Duas secções de uma bem fornecida biblioteca popular  
encimam o miolo.

Um ecrã pende e todas as segundas se desenrola

para mais um filme de mais um ciclo. Ininterruptamente.

A amêndoa do caroço é sala de leituras e projecções,

de concertos e de conversas, de conferências e de debates,

de encontros e de visitas.

Tem honrado concreta e regularmente essa sua polivalência.

A CASA tem um coro livre trânsito  
com um reportório invejável  
de canções populares e revolucionárias,  
de poemas musicados e alguns belos originais.  
A CASA tem amigos e colaboradores, para além de meia centena de fundadores.  
A CASA tem oficinas semanais para todas as idades.  
A CASA tem exposições de longa ou curta duração.  
A CASA está umbilicalmente ligada  
ao Centro de Documentação  
onde, a par do espólio de Mário Dionísio e Maria Letícia,  
se mantém a biblioteca de ambos.  
Também lá se encontra uma filмотeca com centenas de títulos.  
A CASA é um lugar utópico mas real.  
Fora do mundo mas muito dentro dele.  
Quando a visitei pela primeira vez,  
ainda antes das obras,  
tive a sensação de já lá ter estado.  
Como num sonho.  
Para isso contribui certamente a memória  
das telas rosa-cinza-amareladas de Botelho  
porém é raro ter-se a convicção  
de ali vai estar o que tem de estar lá.

E no entanto a CASA sofre.  
Por escolher a gravidade  
onde outros escolhem o cinismo divertido.  
Por escolher a festa das palavras e dos pensamentos  
onde outros escolhem o verniz académico.  
Por escolher o à-vontade de caras  
onde outros a cerimónia disfarçada.  
O conflito onde outros o consenso.  
O fio dos dias onde outros o evento.  
A excepção onde outros a regra.  
O perder as estribeiras onde outros a auto-censura.  
A encosta íngreme onde outros a rampa de lançamento.  
Como pode a CASA estar ameaçada  
de ser por assim dizer amordaçada  
num tempo em que poderia ser  
a nossa limpeza de Primavera e a nossa nudez de Outono?

Para a CASA convergem amiúde fins de manife  
velhos combatentes e novos colectivos sem abrigo.  
Por que raios os tantos e tantos que a visitaram  
não fazem dela um lugar mais seu  
e um patamar de auto-exigência?

A lamúria, a queixa, a contestação,  
o protesto, a rebeldia, a insurreição,  
não haveriam de nos dispensar  
da intervenção e da reflexão no quotidiano.

Estamos cansados. Muito.

Mas de quê?

Talvez respondendo a esta singela pergunta  
possamos ser mais substantivamente coerentes  
com os sonhos que apregoamos.

A gratuidade da CASA torna-a suspeita  
aos olhos de quem capitaliza tudo o que mexe.  
Mas a bela gratuidade da CASA implica que se encontrem,  
de maneiras várias e árduas,  
meios humanos e financeiros,  
talvez através de algum voluntariado  
(soa a escutismo, não soa...?)  
e sobretudo desencantando interlocutores  
que embora ocupando cargos no aparelho de estado  
tenham uma visão do dinheiro que não seja  
ele servir para pagar propagandas e silêncios, favores, apoios e costas quentes.  
Os meios a reunir são consideráveis para a nossa escala  
apesar de ridículos à escala de muitas feiras das vaidades...  
Não sermos bem sucedidos nesta tarefa  
não acarreta só que o CMD tenha de entrar em hibernação  
– uma tal capitulação reveste um significado bem mais vasto.  
Fim dos sonhos que o dinheiro não compra.  
Fim dos sonhos que fazem caminhar as realidades  
por suas próprias pernas.  
Fim dos sonhos que nos elucidam  
acerca do que existe ou existirá  
sob o signo do despertar.  
Fim da troca de saberes e triunfo do mercado.

Belisco-me para não cair na modorra fatalista  
que varre as nuvens onde víamos castelos e os habitávamos.  
Belisco-me para não me conformar a tristezas totais  
porque levei muito a peito e a sério  
aquela do «jurei ter por companheira tua vontade».  
Se há quem propicie a ocultação e o apagamento do nosso achamento,  
devemos, antes de mais, dar a cara pela Achada,  
e, aprofundando-as, pelas ideias  
que lá continuam a germinar, a ferver.  
Devemos, internamente (o que quer que isso seja...),

consentir em ser achada para a fogueira das discussões.  
Devemos exteriorizar o que queima e o que arde.  
Trazer a incomodidade para outros sítios,  
oferecê-la a outros seres.

Quando atentamos no que nos rodeia e corrói,  
somos forçados a constatar que algo falhou  
redonda e quadradamente  
nas esperanças que nos inflamaram nos idos de 70.  
De outro modo não nos consideraríamos  
tão impotentes no aqui e agora.  
Argumentar que nascemos demasiado tarde  
num mundo demasiado velho  
seria tão-somente casar a cobardia com a boa consciência.  
Pelo que...



## Luis Miguel Cintra:

---

Como sabem, dirijo desde 1973 uma velha companhia de teatro, mais velha que a democracia portuguesa. Primeiro com o Jorge Silva Melo, às vezes mais sozinho, depois durante muitos anos com a Cristina Reis. O teatro é de todas as artes a que mais breve vida tem, não é mais longa que a de quem o faz, e a que mais integra na sua prática diária o risco de viver em grupo e a natureza profunda da arte como trabalho político, ou seja, como trabalho para e com a sociedade. A isso não podemos fugir. É da relação com os outros que o teatro se tece. E é a relação com os outros que o teatro tece. 40 anos de teatro são por natureza 40 anos de prática diária do encontro com o chamado público, melhor dizendo, encontro com as outras pessoas. E em cada dia da vida desde 1973 me pus o problema ou tive o prazer de tentar perceber, umas vezes sozinho, outras rodeado de gente, qual seria a melhor maneira de actuar sem desistir dessa ideia. Já faz parte de mim. Aliás, não custa. Custa encontrar a resposta mas não custa procurar. A mim, pelo menos, é o que mais me apetece. O que custaria seria fazer teatro ou simplesmente ser artista e não saber o que se está a fazer ou não saber para quem se está a falar. Não se trata de passar doutrina para os outros, trata-se de primeiro saber o que somos e o que queremos e propor um diálogo, de os respeitar, de os desafiar a serem outros eus. E de com eles mantermos uma relação leal. Trata-se de sabermos o que lhes queremos dizer e a qualidade da maneira de estar que procuramos e todos merecemos. E de não recusar uma necessidade intrínseca da natureza humana: conhecer, pensar. É próprio do ser humano. Nas palavras da Bíblia, que, quer queiramos quer não, formaram a humanidade dos que hoje estão vivos, até isso lá está: o pecado original, o que integrou o Homem no tempo, o que o tornou homem dando-lhe a morte, foi ter comido da árvore do conhecimento. Mas já que comemos a maçã demos-lhe as honras que merece o que nos tornou mais dura a vida. Inventemos a alegria.

Nada me pareceu mais natural, dentro desta ordem de ideias, que pertencer ao grupo de sócios fundadores que a Eduarda chamou para companheiros quando resolveu fundar a Casa da Achada como lugar onde, em nome da memória de seu pai Mário Dionísio de quem tive a sorte de ser aluno, estivesse o seu espólio (quadros, livros, documentos) e se tornasse num espaço de actividade cultural que no entender dele seria com certeza sinónimo de tornar a vida em política, como fazem, quer queiram quer não, os artistas. Esses fundadores, foi isso que fizeram com o seu acto fundador. Era quase tudo gente antiga que assim se abria ao mundo (e em tantos casos em desgosto dele), gente amiga de Dionísio ou que com ele se cruzou e alguma gente mais nova que mais do que por razões afectivas, por razões de consciência política, desses recebeu o que a memória dele representa:

um caso exemplar de um artista em várias artes, um chamado criador e um pensador da criação artística, com um para sempre respeitado sentido da responsabilidade política, e uma postura pública exemplar. Mas a ideia era o contrário de uma casa museu. E na revisão e análise da sua obra a Casa da Achada tem provocado que mais uns quantos fiquem a perceber o que é a paixão de mudar a vida, da conquista da liberdade, do exercício da coragem e da experimentação. O que é o prazer de estar com os outros e trabalhar para uma coisa a que chamamos liberdade e que identificamos com felicidade. O amor ao presente. E se não for a Casa da Achada a falar dessas coisas, quem o contará? Esse tem sido um dos prazeres e uma das funções queridas pelos seus fundadores. Para quê? Para nada. Por prazer. Porque corresponde de verdade à razão que os uniu. Talvez para que conste que a vida pode ser outra coisa que ainda não conhecemos. Para contar que a Arte pode ser uma paixão de pensar, uma forma de conhecer. E encontrar nisso uma razão para que se tenha existido. A obra de Mário Dionísio e desses seus companheiros, muitos artistas, mas outros não, dá conta disto. Dá conta de um prazer de estar à frente do tempo, de acreditar que o homem só vive a sério quando se reinventa. E quando se preza tanto quanto o merece a vida. Quando é excepção.

E quer o Teatro da Cornucópia quer a Casa da Achada foi assim que quiseram existir. Ora esse carácter de excepção é o que lhes dá tanto vida como prestígio mas é também aquilo que neste momento mais os ameaça. Nunca o Teatro da Cornucópia se sentiu tão atrapalhado como agora. Por causa da crise? «Porque vivem à custa do Estado e o Estado não tem dinheiro que os sustente...» como diria uma ou outra cabeça de invejoso... ou de burro que não vê mais longe que o trilho onde o puseram. Sim, mas não é essa a razão que importa. Aliás já somos velhos... Se nos pararem já são menos anos de prejuízo. O que interessa é saber porquê. E deixar disso testemunho. *Ad usum delphini*. E julgo perceber porquê.

Correndo o risco de escandalizar alguém, confesso que perante a multidão que mobilizou a manifestação de há 15 dias a minha primeira reacção não foi uma grande alegria. Tanta gente mobilizada porque o Estado lhes rouba o dinheiro? Que foi que fez as pessoas virem para a rua? O problema afinal é só a falta de dinheiro? Se não houvesse sobrecarga de impostos será que a mobilização seria a mesma? E havia manifestação? Grande parte destas pessoas votou naqueles contra os quais agora se manifesta. Sente-se enganada porque pensou que ia viver melhor. E foi traída. E pensará que por serem muitos vão obrigar o Estado a ceder. Oxalá que sim e oxalá nos roubem menos dinheiro. Para podermos comer, claro. Porque para comer é preciso ter dinheiro. E para termos mais assistência de saúde porque para sermos tratados quando estamos doentes cada vez mais é preciso ter dinheiro, e para haver mais justiça, porque até aí para se ter razão será à custa de dinheiro. Mais dinheiro. Mas será que ainda não passará pela cabeça de ninguém que talvez pudéssemos viver mais felizes se tivéssemos menos dinheiro e mais alimentos, serviços de saúde, justiça, etc., de graça? Será que não nos passou pela cabeça que pode não passar pelo dinheiro a liberdade de se ser feliz?

A vantagem da crise, se tivermos um pouco daquele recuo que os velhos podem ter e a que as sociedades primitivas chamam sabedoria, a vantagem é que talvez a crise faça cair as máscaras. Crie um buraco onde caímos e estamos. Mas donde me parece que já não sairemos iguais.

É evidente que não há dinheiro para que o Estado, com o dinheiro que rouba aos cidadãos, se responsabilize pelos interesses dos que os elegeram mas que ainda há dinheiro para que o Estado exista. Mas qual a sua função? Essa pergunta pouco lhes importa. Mas repito: qual é o seu objectivo se não há dinheiro? Apenas salvar o seu. E criar leis que o desresponsabilizem da relação com a realidade. Para ainda existir Estado. Mais nada.

Já são eles próprios o resultado do sistema que criaram. As próprias leis que foram criando com o seu sistema de anulação das vontades e que quiseram criar como sistema de poder em vez de instrumento de organização política da vida, transformaram já cada pessoa num burocrata. Já são eles próprios incapazes de criar outra coisa que não seja a desesperada defesa do absurdo político que criaram. Já não são políticos os que têm o poder, são funcionários, ou pior. Eles, e como a maior parte dos cidadãos que foram criando, deixaram de pensar e passaram a não desejar outra coisa que não seja dinheiro nos melhores casos escondidos de si próprios em aparentes e hipócritas boas intenções. Vivem como cães de Pavlov mas não se importam. Não inventam, não têm de facto qualquer ideia ou desejo verdadeiro. Só sabem carregar no botão de um sistema sem mais objectivo que não seja acumular dinheiro, e leis. Mas talvez tenham criado a sua própria morte. Oxalá. Já só estão a defender-se. Porque não são mais que funcionários e nem sequer criar mais dinheiro sabem fazer. Querem, como os cidadãos que os elegem, apenas conservar-se. Ou seja, saltando de nível de pensamento, negar a morte. Negar mudanças, negar o tempo.

Ainda há poucos dias, depois de há tempos me ter recusado a pôr a minha arte ao serviço da Assembleia da República integrando uma sessão de nobre aparência mas que a própria presidente confessava ter por objectivo uma dignificação da tão desprestigiada câmara de decisões políticas (ou seja, o objectivo de tapar o sol com uma peneira prestando-me eu a ser peneira), por inércia ainda duvidei se devia ou não acompanhar outro caso exemplar de artista que queriam homenagear e com cujo exemplo tenho dialogado há 30 anos. Acabei felizmente por decidir que sim por razões que considero agora cada vez mais políticas, alheias à lógica do dinheiro: a amizade e a admiração pela autoridade moral de um senhor de 103 anos, que nunca prescindiu nem da consciência da função política da arte, nem da sua liberdade de criador e que se desloca 300 quilómetros para agradecer uma homenagem, com certeza porque ela em princípio partia daquilo que devia ser o mais importante órgão de soberania, a câmara dos representantes dos interesses dos portugueses, obrigando Assunção Esteves a fazer um bom discurso que só tinha o defeito de, perante a lealdade da pessoa que tinha à frente, se tornar

evidente como máscara, como a invenção de uma dignidade fictícia que não corresponde à realidade da actual prática dos nossos deputados. Manoel de Oliveira, à sua irónica maneira ainda improvisou colaborando naquele teatro de boas intenções, e quando a presidenta lhe ofereceu simbolicamente uma chave da Assembleia, eu ouvi-o dizer: «É grande mas não tem peso.» Introduzindo no acto uma desestabilizadora arte de manipular metáforas mas com a objectividade que põe nos seus filmes, com olhos de quem vê o que lhe poem na frente. Dir-me-ão que não foi isso que a comunicação social ouviu. Que isso seria o que eu queria que ele tivesse dito. Respondo que talvez, mas que não é menos provável a hipótese de a comunicação social não ter ouvido bem, quando ouviu o contrário. «É grande e é pesada.» Porque era com certeza para isso que já estava programada. Não seria a primeira vez.

É um momento político difícil o que passamos.

Felizmente alguma coisa nos seres humanos associa felicidade a liberdade de sermos quem somos. E alguma formação das consciências não passa pelo sistema de educação do Estado nem pela organização da sociedade e se faz pela pura troca, pelo acaso, pelo amor, pelo convívio, pelos sentidos. Depressa se despreza o maldito automóvel que se comprou se agora temos a vida estragada para pagar o empréstimo com que o pagámos. Voltando ao exemplo da manifestação, mesmo que disso não tenham consciência, muita gente terá sentido pela primeira vez a exaltação de estar na rua e que o mundo podia ser maior que um pequeno apartamento, meia dúzia de electrodomésticos, uma televisão e um hipermercado perto, terão sentido que o mundo pode ser a alegria de uma multidão sem estar dividida em águias e dragões, ou sem pagar uma fortuna para estar num estádio olímpico. Por vias tortas terão passado por uma experiência importante, nova, não programada.

E num momento de fractura como este, cabe aos artistas ou aos que vivem como uma responsabilidade que os artistas felizmente identificam com a alegria e não com o martírio, cabe-lhes trabalhar também para criar excepção aos outros e a si próprios. Espaços de diferença. Sem regras ou com regras novas, sem máscaras, e de igual para igual. E entendamos a igualdade como não passar pela cabeça de alguém desprezar seja quem for. E a fraternidade como pensar o tempo até ao fim, para além de nós, com consciência de que também é gente quem vai vir depois.

A dificuldade é que tudo depende do dinheiro e a sua distribuição está minada pela própria sobreposição da política com o exercício do poder e um poder que se defende agora escondendo a cara com regras e regulamentos destinados a anular tudo o que lhes escapa.

Casos concretos no teatro: pouco a pouco deixaram de se permitir valorizar o trabalho que fazemos, livraram-se de mais essa responsabilidade, segundo dizem para serem isentos, e mecanizam a avaliação, criam modelos, e assim deixam de fora os que são mais artistas, os portadores de novidades. Mas é uma tendência

que já vem de trás. Mesmo da parte dos que mais prezámos. Quando um Ministro da Cultura que todos temos de reconhecer que o foi como Manuel Maria Carrilho, ao contrário de outros que vieram depois, decidiu, como me disse, que já que tinha dinheiro ia promover a criação de «equipamentos», e que isso criaria depois a necessidade de os preencher, faria aparecer mais artistas, fez um erro que ele não quis ver então mas que agora vem à tona: quem quiser ser artista nas escolhas do Estado vai acabar por ter de deixar de o ser para ir preencher as salas vazias que foram criadas com o formato que um burocrata, que não sabe nem quer criar coisa nenhuma, lhe permitir e com dinheiro que o próprio formato do equipamento, ou seja dos espaços, lhe exigir. É a negação da criação.

Outro caso: a Câmara de Lisboa, dirigida por um antigo companheiro, filho de um artista dramaturgo, a primeira decisão que tomou para a Cultura na sua Cidade foi inventar um gabinete de burocratas para elaborar um plano estratégico de Lisboa que nos custou dinheiro e fez perder tempo, e adiar a valorização da realidade criativa da cidade. Entretanto outras burocracias da Câmara, a funcionar cada vez melhor, põem processos à Cornucópia por colar cartazes em espaços proibidos, quando nem sequer foi a companhia que os colou e sim uma empresa que contratou para esse fim. Mas a lei é cega e só pode culpar o anunciante que é o nome que se vê. E como existe outro regulamento que distingue utentes de moradores, a Câmara não dá lugares para estacionamento em frente do teatro, e em vez de nos facilitar a vida, ao que julgamos, útil para a cidade, recebe regularmente dinheiro da Cornucópia com multas diárias da Emel aos que lá trabalham e trazem o seu carro para o emprego para se deslocarem mais depressa e trabalharem mais e até depois da hora dos últimos transportes, sem receber. A história do financiamento da Casa da Achada tem outras tantas histórias parecidas. Sempre a resposta só é sim se couber no regulamento. Ora o que faz valer a pena quer num caso quer noutro é não caberem em nenhuma regra. É o seu carácter de excepção. Se a Casa da Achada passasse a ser igual às outras casas deixava de ter razão de ser. Felizmente julgo que a Casa da Achada tem feito milagres mas isso, mesmo que quisesse, não ia conseguir fazer.

Se ainda não querem chamar a isto repressão, é pelo menos asfixia. É limitação da liberdade. É forçar as pessoas a negarem a sua própria natureza. Substituir o que é portador de progresso por mecanismos de conservação do poder.

Dir-me-ão: isso era dantes. Agora nem se a gente se vender uma pessoa lhes saca algum. Pois é, porque se criaram mecanismos de defesa do Estado que canalizam automaticamente o dinheiro para os sacos que defendem e reforçam a imagem do Estado neutro.

Outro exemplo: a Cornucópia quis ir ao festival de Almagro, festival espanhol importante de teatro clássico, integrando-se por acaso, por razões imprevistas pelos burocratas, na pretensa norma da valorização da internacionalização da arte portuguesa, já de si suspeita. Pois ficou excluída da possibilidade de ser apoiada

nesta acção de internacionalização porque o concurso só abria depois, a tarde e a más horas, mas a tempo de apoiar deslocações para as operações de propaganda do ano de Portugal no Brasil.

Perante esta situação e com falta de dinheiro para trabalhar, que fazer? Aguentar, digo eu. Não deixar de ser excepção. Alimentando-nos se for preciso da tão conhecida esquizofrenia da gata borralheira, aqui escrava, ali princesa, sem nunca deixar de ser ela. Nem é preciso convencer-nos porque só assim sabemos ser e ter prazer. E com a consciência de que um exemplo abriu um espaço mais de liberdade possível, com a certeza de que basta um pequeno furo no balão para o balão rebentar.

Mas sobretudo porque, como as nossas velhas cabeças já nos deviam deixar concluir, e como a história das artes e a história da cultura nos confirmam, dos tristes não reza a história. Se somos excepção é exactamente porque não queremos ser os únicos e estar sozinhos. Não faz sentido o que fazemos sem os outros que estão vivos como nós ou os que virão a estar depois. E não estamos sozinhos. Temos mais do que provas de que se as pessoas gostam de vir aqui à Casa da Achada ou se estão tão pessoalmente ligadas ao trabalho da Cornucópia, é porque em sítios desses se está de outra maneira, à escala humana, desintegrados da máscara política, sem mentira, e sem sensatez, sem dinheiro mas com espaço para que qualquer coisa de facto aconteça. Porque não fabricamos produtos, criamos espaço para um viver mais à medida daquelas pequenas coisas que fazem mesmo a alegria de viver. Lutamos contra a solidão. O demónio é a interiorização do inimigo, é desistir porque a crise nos venceu. É tornar-nos no modelo que a burocracia nos destinou. E tanto mais grave seria porque o não saberíamos fazer e o faríamos mal. Não sabemos mentir.

O que há a fazer é, em meu entender, criar um fosso cada vez maior entre o que o sistema espera de nós e o que faremos. E até onde nos chegue a imaginação. Fiéis a nós próprios.

Trata-se no fundo de uma questão de amor-próprio. A vida de uma pessoa não é um número numa lista. Muito menos uma função numa sociedade sem sentido. Prezo-me mais do que isso. A vida é minha e não a quero perder enfiando-me já no vazio de mim mesmo, separado da vida dos outros. Sejam fiéis a nós próprios, e um dia para os outros já nada será assim.

## Miguel Castro Caldas:

---

Entre o ministério dos assuntos culturais do André Malraux e o secretariado da propaganda nacional do António Ferro temos andado e andamos. Entre a reivindicação do um por cento para a cultura e o movimento evangélico acordai. Um por cento, sim, mas para quê, para vender a marca Portugal? Para criar uma elite cultural, um património do qual a população vai sendo espectadora? E acordai, quem? Quem se quer evangelizar? E quem tem a presunção de dizer que está acordado e quer acordar outros? Essa elite cultural criada com os dinheiros desses gabinetes sinistros? E preocupa-me o paradigma de que o estado tem de ter uma ideia para a cultura. E estranha-me que os artistas a queiram tanto, à cultura, e que reivindiquem ao estado (pior, aos governos) uma ideia de cultura. A última coisa que um artista devia ambicionar era que o seu fazer se tornasse um bem cultural. E se falamos de cultura (e no fundo estamos a falar dos artistas e da sua situação laboral precária) não devíamos incluir os investigadores, os caixas dos supermercados, os cientistas, os varredores de rua, e por aí fora? Entre o Ministério dos Assuntos Culturais e o Secretariado da Propaganda Nacional andamos e temos andado, sem sabermos quebrar este olhar hipnótico que não questiona de facto o *status quo*.

Não devíamos pedir um por cento; devíamos reclamar o poder do gabinete. Não devíamos exigir ideias; devíamos dar-lhes, no mínimo, as ideias para executar. E por fim, não devíamos ser «os artistas» que fazem para o «povo»; devíamos ser uns e outros, contrapor a falta de identidade da multidão à identidade «povo». É que a multidão é assustadora porque não se pode agarrar. A multidão são muitos, o povo é um. A multidão escapa ao controlo de um estado, de um partido. Para a multidão vem a polícia, para o povo vem a cgtp. O povo representa-se, e é conduzido, a multidão é impossível de ser representada. Não há cultura que se possa dar à multidão. São bocados da multidão que de vez em quando se reúnem provisoriamente em torno de interesses e lugares comuns e fazem as suas culturas e se relacionam com as culturas que existem. Porque a cultura no fundo é isso, são os lugares comuns, e os lugares comuns só têm valor enquanto são comuns.

## A cultura como<sup>1</sup>

Há quase 13 anos, ou mais ou menos, três pessoas decidiram fazer uma experiência que foi fazer uma reflexão sobre o acesso à cultura das pessoas em situação de exclusão. Queríamos fazer essa reflexão com as pessoas que estavam em ruptura social.

Em França, a preocupação de compreender o público que não aparece – o público ausente ou que nem sequer é público – ou não-público ou que é martirizado – o público impedido, é uma actividade institucional há mais de 40 anos.

Fomos apresentar esta experiência de reflexão a um eleito pelo povo. Propôs-se mandar fazer um estudo a um gabinete especializado em cultura. Propunha-se mandar fazer uma série de inquéritos, entrevistas, para saber porque é que as pessoas excluídas não vão aos lugares culturais.

Recusámos. Sem saber bem porquê. Para fazermos oposição, para aborrecermos as pessoas, para não fazer como toda a gente. Não sabíamos bem porquê e sabíamos ter razão. Mais nada. E chega.

E procurámos gente que não ia aos lugares culturais para reflectirmos juntos sobre a questão: porque é que não vão ver espectáculos? Tratava-se de pensar e de dizer como é que eu não vou a espectáculos, a museus, a concertos. Chamámos a esta oficina «grupo cultura».

Levou-nos tempo: 13 anos.

Hoje, os lugares de cultura e algumas autarquias estão a criar estes «grupos cultura». Entretanto, formámos pessoas para os organizar. Entretanto, pedem-nos que formemos outros.

A partir desta actividade, e regularmente, fazem-nos perguntas sobre o que estamos a fazer. Como acompanhar pessoas à prática cultural? Ainda aqui, e logo, a pergunta é feita. E vamos continuar a perguntar, com ou sem resposta. E vamos imaginar as respostas para as quais as perguntas ainda não foram formuladas.

---

<sup>1</sup> O texto original foi escrito em francês. Luiz Rosas fez a sua intervenção na Casa da Achada em português com base neste texto.



## **O como sem porquê**

A proposta aqui é reflectir em conjunto a partir do como.

É isso, como as máscaras caem, como a cultura ajuda a manter a limitação de liberdade, como a prática cultural não está instalada de maneira duradoura nas prisões, como definir o custo real da cultura ou de qualquer outra coisa.

## **O homem do lixo e o dentista**

Aliás...

O salário do homem do lixo e do dentista: o trabalho do homem do lixo está em ligação directa com a saúde da população, da mesma maneira que o do dentista. Conhecemos a relação do valor do salário de um e do outro. Estes salários são também financiados pela solidariedade contributiva. A minha cultura não admite esta distância e além de se protestar contra os dentistas que recusam tratar dos pobres, não se faz nenhuma acção nas salas culturais.

Há mais homens do lixo do que dentistas nas salas dos museus e dos concertos? Nenhuma ideia e pouco importante, é só uma digressão...

Imaginemos mesmo assim o quadro que teriam feito Renoir, Van Gogh ou Portinari da perspectiva da compressão da escala de salários dos homens do lixo e dos dentistas.

Voltemos ao nosso assunto...

Reflectir a partir da causa leva-nos a compreender antes, a propor respostas pre-estabelecidas. Trata-se, por exemplo, dos estudos encomendados a gabinetes para validar uma decisão: o pagamento do empréstimo de livros nas bibliotecas, a não-prática cultural, o não-público, a cultura na prisão.

Ultimamente, explicaram-nos como levar o público aos museus segundo os métodos modernos da comercialização.

Os especialistas explicaram-me que a nossa aproximação do público, onde é importante ter em conta a pessoa e onde cada história social é tida em consideração, é só perda de tempo e as acções daí decorrentes são contraproducentes. Criaram uma rede como modos de funcionamento uniformizados. Convidaram-nos a participar, a inscrevermo-nos.

Não nos inscrevemos. Recusámo-lo tranquilamente. Pensamos que isso não se adequa às pessoas. Pensamos que esta maneira de fazer não se adapta à nossa actividade. E que o final deste processo seriam os transportes de massa sem levar em conta a pessoa. Aquela que está ali, viva, com a sua inteligência. Trata-se antes da difusão de massa para o que não tem dificuldades de funcionar, de ser difundido.

Estamos afastados da participação política do povo. Ficamos a acarinhar a teoria de Baumol sobre a fatalidade dos custos. Em 1965, este economista, com um outro, fez a análise da saúde e do funcionamento económico de teatros nos Esta-

dos Unidos a pedido da fundação Ford. A teoria propõe resolver o problema do financiamento público na indústria do espectáculo vivo.

Os lugares culturais conheciam, no momento do estudo, um aumento do custo da exploração, os ratios indicavam uma não-rentabilidade crónica e uma rarefacção do público.

Concluiu que eram necessários financiamentos externos, nomeadamente mecenas e fundos públicos.

Será que indo buscar os pobres, este «porquê» dos financiamentos específicos, permite aumentar a rentabilidade e fornecer público aos lugares culturais?

### **Para reduzir os custos cegamente**

Um célebre Presidente duma Sociedade de Auditoria recebe como oferta um bilhete para assistir à Sinfonia inacabada de Franz Schubert. Como não podia ir, passa o convite ao seu director de Recursos Humanos para este lhe fazer um relatório sobre a qualidade do concerto.

#### *Concerto ou junção de notas?*

E é assim que no dia seguinte o Presidente encontra na sua secretária o relatório do Director de Recursos Humanos.

«Os que tocam oboé ficam inactivos durante períodos consideráveis. Trata-se, pois, de reduzir o seu número e de repartir o trabalho deles ao longo de toda a sinfonia de maneira a reduzir as pontas de inactividade.

Os doze violinistas tocam todas as notas idênticas. Parecendo inútil esta duplicação excessiva, seria bom reduzir de maneira drástica o número desta secção da orquestra. Se for necessário produzir um som com mais volume, seria possível obtê-lo com um amplificador electrónico.

A orquestra faz um esforço desmedido para a produção de fusas. Isto constitui um requinte inútil e recomenda-se que se reduzam todas as notas à semicolcheia mais próxima. Procedendo assim, deveria ser possível empregar estagiários e operadores pouco qualificados.

A repetição pelas trompas da passagem já executada pelas cordas não é necessária. Se todas as passagens redundantes deste tipo fossem eliminadas, seria possível reduzir a vinte minutos este concerto de duas horas.

Eis, Senhor Presidente, o essencial: a conclusão deste relatório é que, com toda a evidência, se o nomeado Schubert tivesse podido prestar atenção a estas observações, teria conseguido acabar a sua sinfonia em tempo oportuno.»

A história da redução de custos nos organismos públicos e empresas está cheia de

ideias parecidas e tão dramáticas como esta. Reduzem-se os custos mas em detrimento do serviço prestado ao cliente, portanto em detrimento das vendas e da margem. Que pensam vocês disto?

### **O teatro obrigatório**

Há um texto de Karl Valentin que trata do acesso à cultura pela obrigação. É divertido e não vou contá-lo aqui. Leiam-no vocês. E digam depois se também o acham divertido.

### **O como da cultura**

Emitimos a hipótese de haver uma ligação da aprendizagem da leitura e da escrita com a prática cultural.

Emitimos uma outra hipótese de ligação do meio pessoal com a prática cultural.

Emitimos a certeza de que não há só estas duas hipóteses na vida.

Aproximámo-nos da primeira hipótese em sessões de encontros com as pessoas de dois outros organismos de formação.

Este trabalho ficou incompleto em virtude do desaparecimento de Dominique Cochard, socióloga que nos tinha observado.

Só temos o sumário daquilo que ela iria escrever. Mais uma obra inacabada.

### **Voltemos então às relações que a cultura estabeleceria com a aprendizagem**

Com estes elementos na cabeça chegámos aos questionamentos e às observações. A aprendizagem aqui não está limitada à actividade escolar.

### **Perguntas, observações e algumas idiotices**

A proposta é desde o princípio deste texto discorrer a partir do como. Não esperamos nenhuma resposta. Duas ou três perguntas foram formuladas, ou quase, durante os «grupos cultura». Se alguém tiver respostas a propor, ficaríamos contentes de as ouvir e de as anotar.

**1**

Como poderemos considerar a cultura um sistema simbólico enraizado na própria cultura e simultaneamente na linguagem?

Isto tem um ar tão complexo como a noção de concomitância.

**2**

Como é que aquele que utiliza um dos sistemas simbólicos se torna o reflexo da comunidade?

**3**

Como é que a narrativa (acto cultural por excelência) põe o ser humano em movimento?

**4**

A cultura apresentada como factor de integração, nós próprios no Cardan<sup>2</sup> não exageramos nisso, como pode ela encontrar fundamentos para esta função no facto de a pertença a um grupo ou a introdução nele não ser um processo artístico e primário?

**5**

Como definir a palavra cultura? Claro que se tinha de fazer esta pergunta. Pronto, já está.

**6**

Como é que a acção do homem pode ser determinada pela cultura? Como é que a acção do homem muda nos museus, nas salas de teatro, nas livrarias?

**7**

Sendo a vida em sociedade o acto (o fazer), será a cultura a narrativa (o dizer)?

**8**

Como seria a cultura a ferramenta simbólica da aprendizagem?

**9**

Como seria a cultura portadora de valores que permitem organizar a existência social?

**10**

Como é que a procura de sentido e a cultura entram em relação?

**11**

Como é que a relação da cultura com a humanização permite a expressão da capacidade humana de levar o paradoxo até à animalidade das prisões e dos campos de concentração?

**12**

A dualidade da cultura é acusadora de modos societários e geradora de burocracia. Como é que se acusa construindo um outro modo social?

**13**

Como é que a cultura interroga a nossa capacidade de construir?

**14**

Será que a cultura permite compreender a distância entre o funcionamento das instituições e o nosso laxismo de pôr em aplicação objectivos que pretendemos seguir?

---

<sup>2</sup> Associação onde Luiz Rosas trabalha. Fundada em Amiens em 1978, destina-se ao combate à iliteracia. Por proposta do Autor deste texto, há 20 anos que organiza anualmente a Leitura Furiosa – encontro de escritores com «zangados com a leitura», que conta com a participação de ilustradores e actores – como resposta encontrada à «Fureur de Lire» lançada por Jack Lang (saber mais em <http://abrilemmaio.no.sapo.pt/Textos-EZ-LR.htm>). Esta iniciativa passou a realizar-se em Lisboa em 2000, no Porto em 2008 e em Beja em 2012. Desde 2009, a Leitura Furiosa de Lisboa é organizada pela Casa da Achada-Centro Mário Dionísio. Em Novembro de 2012, teve lugar, também na Casa da Achada, o Colóquio Popular «Pensamentos & Achados na Achada», iniciativa do Cardan em que participaram pessoas com dificuldades sociais de vária ordem, que o Cardan empregou durante seis meses para em conjunto reflectirem sobre o que lhes foi dado viver no quadro da sociedade envolvente. Encontraram-se em Lisboa, ao longo de cinco dias, com convidados portugueses a quem apresentaram as suas conclusões sobre emprego, mobilidade, oferta cultural, cidadania e aprendizagens e a quem fizeram perguntas. [N.T.]

- 15**  
Como falaríamos de inovações culturais?
- 16**  
Como é que a cultura aparece, onde se instala, quando construímos um novo universo social?
- 17**  
Como é que a cultura pode ser uma ferramenta de não-julgamento?
- 18**  
Como é que, estando na narrativa, a cultura estabelece uma relação com a verdade?
- 19**  
Como é que a cultura seria o repouso do paradoxo?
- 20**  
Como é que a cultura permite a separação do pensamento cultural do quotidiano dos excluídos?
- 21**  
O medo pode reduzir o estado de pensamento. Como pode o medo reduzir o estado de cultura?
- 22**  
Como é que na cultura existe a relação de interpenetração entre o acto e a palavra?
- 23**  
Como é que a cultura é um espaço de negociação do simbólico? Será que a negociação desse simbólico só pode passar pelo emocional?
- 24**  
Como é que seria a seguir o espaço simbólico das negociações das realidades identificadas pela cultura – ela própria, a moral, os genomas?
- 25**  
Como é que a parte universal da cultura aparece nas culturas?
- 26**  
Como inscrever a cultura no pensamento humano: engloba o significado e a interpretação ou é parte desses mesmos significados e interpretações ?
- 27**  
(discussão) A cultura é inventiva. Não é especialmente doce com o humano quando já não é portadora de humanidade, quando já não tem verniz, transforma-se em reprimenda da «natureza humana», o pecado/o instinto.
- 28**  
A nossa capacidade de construir culturas simbólicas. Em que é que a cultura participa na nossa capacidade de construir os meios de vivermos juntos?
- 29**  
Seria a cultura o constrangimento e a condição de se agir em sociedade?
- 30**  
Como é que podemos pela cultura construir um outro universo social?
- 31**  
A partir da afirmação de que a cultura molda o espírito – o espírito é o que julga – não estaremos instalados na cultura do julgamento?

**32**

Como medir a diferença entre a cultura e o social?

**33**

A cultura construtivista: é boa, é má em função do ângulo de aproximação escolhido.

Trazer o outro para a sua cultura, proibi-lo pelo preço, proibi-lo pelas palavras – não será uma forma de confirmar a cultura como instrumento simbólico de dominação, de imposição?

**34**

A que me obriga o facto de estar de acordo com a valorização do indivíduo pela cultura, a integração social das pessoas pela prática cultural?

**35**

Se é a cultura que permite a aprendizagem, como poderá permitir o estabelecimento da essência do saber?

**36**

Como é que a cultura é portadora de mitos?

**37**

Em que é que a cultura afecta o meu ponto de vista sobre o mundo e os compromissos que tomei em relação a ele?

**38**

Como é que escolhemos a cultura? Ela escolhe-se, como os valores morais, em função das circunstâncias que há à volta?

**39**

Os valores culturais pressupõem modos de vida, que não aceitam o pôr em causa radical. Como passar de uma cultura à outra? A cultura seria assim uma base de realização ou uma base de negociação? (Pensando nas frases acima, dou-me conta de que o pôr em causa é o da cultura popular para com a cultura burguesa. Este pensamento leva a um outro, ao da democracia cultural – difundir a cultura burguesa por programas – e democratização da cultura – permitir ao povo apoderar-se da cultura.)

**40**

A democracia cultural propõe-se praticar a abertura de espírito, estar pronta a explicar conhecimentos e valores segundo perspectivas políticas e humanas.

Este projecto político generoso não pôde ou não soube pôr a prática cultural a dizer respeito à maioria. A vulgarização cultural não bastou, não foi capaz. Como é que isto não funcionou?

**41**

Como ligar as noções de cultura e de escala social?

**42**

Como é que a cultura seria um produto das disposições sociopolíticas ou a expressão duma necessidade psicológica, ou ainda de uma necessidade biológica?

**43**

Se é recusada à cultura qualquer eficácia causal, assim liberdade, dignidade seriam ilusões.

**44**

Como é que a crítica cultural é uma forma de proposta, de imposição dum ponto de vista, de valores?

**45**

Como ser culto e a que é que me obriga ser culto?

**46**

Em que é que a cultura permite compreender a nossa própria vida? Como é que o elo cultural seria a interpenetração dos simbólicos?

**47**

Quais seriam as acções quotidianas guiadas e organizadas pela cultura?

E deste enxame de comos, temos agora de fazer a ligação com o funcionamento dos lugares culturais.

Coragem para todos nós.

## António Loja Neves:

---

Boas tardes. Eu venho sem papel escrito, aliás questioneei-me várias vezes e devo confessar que não sei exactamente qual é o meu papel nesta tarde. Venho sem um papel não porque tenho menos respeito pelo que se está a passar hoje aqui, e pela Casa da Achada, mas porque deixei de conseguir escrever coisas porque se acha que dessa forma preestabelecida tudo sai mais objectivo. Cada vez acho menos. Portanto, venho desarmado, venho sem papéis. E fiquei ainda mais com a impressão de que eram dispensáveis as minhas palavras sobretudo depois de ter ouvido as intervenções, as opiniões que cá foram transmitidas, até agora. Tenho um prazer grande em estar convosco neste dia de reflexão e de balanço, porque estamos em presença de documentos bastante importantes, principalmente no momento crucial que atravessamos, em que se assiste a um ataque sem precedentes à cultura e aos seus agentes.

Passamos tempos muito difíceis. Não são difíceis porque existe uma crise, porque gastámos demasiado dinheiro, porque aí está a Troika, porque temos de corresponder a inconcebíveis troikices, ou porque temos gente no poder que nos esbulha. Penso que são dias muito difíceis por uma razão superior a isso, e nem sequer tão-só porque quem nos governa é supra-isto ou neo-não-sei-quê. A questão essencial que neste momento se coloca é que estamos enfrentando um grupo de pessoas que detém o poder e que, para além da ideologia ou por cima dela, investiu-se de um inabitual espírito de missão. E nós não pudemos ou não quisemos perceber isso ainda. Ou, amiúde, não estivemos dispostos a reflectir sobre isso. O seu espírito de missão é essencialmente resgatar para os interesses do seu sector de classe o que foi conquistado pelo outro lado da História, pelo outro lado da balança da justiça social, pela outra classe, se preferirem pelo povo em geral, ou pelas classes trabalhadoras, desde 1974. Conquistas desencadeadas, finalmente, após décadas de pobreza, de repressão e de opróbrio. Foi um país sob miséria e injustiças que se levantou após o golpe de Estado há quarenta anos, e que perseverou em assegurar os seus direitos, durante o processo social que decorreu do 25 de Abril – para além do golpe militar, um processo revolucionário que foi transformando uma sociedade de miséria e sem perspectivas de futuro em ciclos de reformas e de melhorias que nos resgatou da cauda da Europa e consolidou algum progresso. Luta de classes, é certo, mas sobretudo o almejar de um país diverso, transmutado para melhor em benefício das gerações futuras.

Esses missionários que se alcandoraram no Governo têm por motivação – a coberto das tais dívidas e dos compromissos entretanto firmados arditosamente com a Troika da finança internacional – outro desígnio bem mais específico por que



lutarão a todo o custo: repor interesses de classe que foram colocados em causa com as transformações sociais dos anos 70. A crise, a dívida externa, os compromissos firmados com a agiotagem internacional vêm muito a jeito para dar cobertura a esse desiderato primordial.

E a cultura está, como é óbvio, sobremaneira ligada a esta circunstância. Não vale a pena carpir sobre o dinheiro que nos esbulham no 13.º mês – que não se trata de um 13.º mês, apenas de algo que nos é devido pelo ajustamento das semanas que nos são devidas dos meses que têm um semana a mais, que não nos é paga a não ser por esse ajustamento. Não vale a pena falar de tudo isso, dos despedimentos, das alcavalas para os empresários, das diminuições e reajustamentos salariais, do aumento dos horários de trabalho, dos feriados roubados, das regalias sonegadas na área da saúde e da educação, sem nos pormos a pau para esta circunstância essencial que é, de facto, estarmos confrontados com gente que é missionária, e que está com uma vontade grande de levar por diante a sua vingança de classe, vingança geracional sobre a derrota da geração dos seus pais e da ideologia dos seus avós, a vingança de uma dada visão restritiva da História sobre o que foi o inexorável curso da História. Nos últimos tempos esse grupo de radicais tem estado a conseguir, dia a dia, proceder a esse resgate. Não em nome do país – como apregoam, ou por desejarem recuperá-lo e à nossa dignidade através do pagamento das suas dívidas – mas ensaiando reescrever a História, ameaçando, por diversas vozes, que precisamos de empobrecer, isto é, que precisamos de regressar ao pântano doentio onde sobrevivíamos antes, e onde apenas havia terreno seco e salubre para uma minoria de privilegiados.

E isso acho extremamente importante que recapitulemos, sobretudo num dia em que, pelos vistos, está muita gente a manifestar-se (é dia de uma importante convocatória nacional de luta, marcada aqui para a cidade de Lisboa) – jornada em que não pude estar, mas cujo impacto pude constatar pelo desvio que fui obrigado a fazer para poder chegar aqui à Casa da Achada, vindo do outro lado do Tejo –, deve haver muita gente, de facto, na rua, e era importante que tanta gente também percebesse o ponto de vista que tenho estado a tentar expor, o de que enfrentamos algo que pretende obrigar Portugal a um estado de sítio. Se me permitem a ironia, é coisa muito mais complexa do que aquela a que nos acostumaram ver na televisão.

Recapitulemos então... O que é que se perdeu, pelo caminho? Há tempos Warren Buffet, um multimilionário – que tem interesses numa destas grandes empresas que decide quem é que ganha, quem é que perde, quem é que dá, quem é que tem, quem é que tira, quem é lixo, quem não é lixo – dizia claramente uma coisa a que já nos desabituámos (e que muitos até já esqueceram)... Pois, inesperadamente, era ele quem me lembrava algo que eu tinha começado a deixar escorregar por entre os meus dedos, há muito tempo: «Há uma luta de classes, é certo, mas é a minha classe, a dos ricos, que está a fazer a guerra e a ganhá-la.» E percebia-se que dizia isto com uma grande felicidade e orgulho, como é evidente. Se fôssemos nós a ganhar eu também ficaria com uma grande felicidade interior. Enfim, senti-me mais

ou menos desarmado, envergonhado, lixado com um grande «F», desculpem o termo. Mesmo não querendo, mesmo nunca admitindo, como fora possível ter deixado de lado essa inevitabilidade que é a luta de classes? Realmente, o progresso tecnológico e a forma como evoluíram os procedimentos de produção fizeram com que se diluíssem os termos mais clássicos da luta de classes e habituaram-nos a falar desse corpo estranho, monstruoso, que dá pelo nome de classe média. Que não é quase nada, que não tem ideologia, não sabe o que faz nem para onde vai, que se move apenas por uma dolorosa fobia consumista controlada e dinamizada por quem detém os sistemas de produção.

Todavia, estamos, de facto, face a estas novas circunstâncias muito concretas e temos que encontrar armas novas, e saber reavivar outras armas já conhecidas, para combatê-las. E é aqui que a cultura é fundamental, a dignidade no espaço cultural é essencial. Uma atitude cultural que tenha um objectivo de classe, que seja combativa, ideologicamente interveniente, ousada, que saiba definir estratégias e que não tema o confronto.

Não vou dizer mais, porque já disseram o importante várias pessoas que falaram antes. Queria apenas dizer algo em relação à Casa da Achada... Mesmo que não fosse mais do que uma ideia, seria uma ideia muito lixada. Impertinente, uma ideia incómoda. Ora, é muito mais do que uma ideia, a Casa da Achada. Mais do que um projecto, é uma atitude. E é nessa atitude que nós nos revemos, e é por causa dessa atitude de posicionamento social, esse tomar partido mesmo quando está só, que nós estamos com ela e não a deixamos só.

Podemos não estar de acordo com um ponto de vista ou outro, podemos achar uma iniciativa mais interessante do que outra, mas é a atitude que, efectivamente, nos traz cá. E é essa atitude que nos faz, também, ser um pouco mais exigentes com nós próprios na luta que diariamente travamos, nomeadamente na área cultural. Mas não só, porque é desse tipo de comportamentos, de gestos, de afirmações que precisamos para podermos respirar, mantermos a sanidade e a clarividência e podermos olhar um bocadinho para nós, e vemos que existem outras formas – não há fórmulas, de facto, mas há formas – de colocar em prática alternativas válidas que resolvam os problemas dos nossos atribulados tempos e de escoltá-las contra as teorias devastadoras dos que nos querem fazer quebrar.

Dizia alguém que seria dramático se não tivéssemos noção do quão importante é a Casa da Achada a ponto de a deixarmos perder. Nós já fomos perdendo algumas coisas, há aqui gente com quem tive o prazer e a honra de estar noutras experiências que fecharam portas, mas não se pode fechar esta porta, em honra do Mário, de Mário Dionísio, sem sombra de dúvida, mas por muito mais que isso. É que a actualidade do Mário Dionísio está na nossa postura actual, a actualidade do Mário Dionísio está naquilo que nós consigamos neste momento fazer... Não só resistir, mas a atitude, aliás, de Mário Dionísio, que não foi só resistir, foi criar e

saber dar os passos para transformar resistência em algo que é elementar para o alimento do espírito.

E isso a Casa da Achada tem feito. E tem projectos para o futuro. Nós próprios temos muito mais a dar à Casa da Achada do que o que temos dado até agora – dar, trocar, discutir, propor... Desenvolver projectos sempre mais amplos, acho que é muito importante porque não é aqui fechados nas quatro paredes, não são as quatro paredes que são o símbolo, símbolo é aquilo que faz andar, que faz o «tresandar» a irreverência que se sente na Casa, com o que as pessoas levam quando saem de cá. E conheço gente que veio cá por acaso e depois dizem-me: «Epá, surpreendente!», porque já não estão habituadas, foram esquecendo.

Considero muito importante que, de facto, isto seja como um centro nuclear para cada um de nós poder arranjar estofos para outras lutas, nomeadamente para outros debates, para outras guerras. Mas aqui também se luta, se debate e se faz guerra. Não é só importante como é fundamental. É muito bom, muito bom, continuarmos a ter espaços que não sejam como os dos electrodomésticos e dos supermercados da cultura que se tem ao lado. É muito mais que isso, é o oposto disso, e ter estruturas assim é essencial.

Bom, António – estou a dizer para mim próprio –, vieste de Setúbal a correr, em excesso de velocidade, para vir cá só dizer isto e para te ires embora a correr a seguir, perigosamente em excesso de velocidade? (Estava a trabalhar em Setúbal e interrompi...). Não, eu não vim cá só para falar, vim cá porque achei que era importante estar convosco, discutir convosco, participar deste núcleo decidido, para que novas ideias se desenvolvam e possamos, ancorados neste espaço nuclear, possamos dar a volta nestas questões todas, tão extremas para as nossas vidas e, sobretudo, para a vida dos que nos sucederão no nosso país – a que desejam retirar a bússola, roubar o norte. É importante que a gente comece a driblar os acontecimentos que os missionários insistem serem fatais, como dogmas, e redefinirmos que o norte é «ali», que o nosso norte é o que indicia novas ideias, uma renovada e fraterna sociedade. E a cultura – afinal foi sempre do que falei... de cultura! – é ferramenta essencial para tal projecto. Até eles sabem disso, por isso a agridem e a sufocam actualmente. Porque um povo culto não se deixa ludibriar!

### **Poderá o «decrecimento» ser uma boa notícia?**

A utilização do conceito de «desenvolvimento», entendido sob a forma de «crescimento» económico, impôs-se na segunda metade do século XX, como algo de inquestionável. É uma palavra de que alguns de nós não gostam e da qual, ao mesmo tempo, não conseguem prescindir. Pode afirmar-se que estamos reféns de uma poderosa estrutura mental, resultado de um processo de naturalização que, em vez de nos ajudar a compreender a sociedade capitalista em que vivemos, nos desarma criticamente perante ela. A oposição entre «desenvolvimento» e «subdesenvolvimento» tende a substituir-se à oposição entre proletários e capitalistas, teorizada por Marx com base nos conceitos de «exploração» e de «mais-valia».

Nos tempos que correm vem-se afirmando um estranho consenso em torno da bondade e necessidade do «crescimento» económico. É por oposição a este consenso que deve ser entendida a introdução da noção de «decrecimento». Esta coloca radicalmente em causa o conceito de «desenvolvimento» que, no espaço de algumas décadas, deixou de ser uma solução e passou a constituir um problema. Com este curto texto pretendo contribuir para um trabalho de subversão cognitiva, essencial para estabelecer uma rutura crítica com o capitalismo.

A noção de desenvolvimento é marcada por um etnocentrismo que conduziu a impor à escala planetária uma maneira de «ver», de «ler» e de «explicar» o mundo que é característica da chamada civilização ocidental. Aquilo a que hoje chamamos «mundialização» representa a «ocidentalização» do planeta com base no que podemos designar por «ideologia desenvolvimentista». Os referentes principais do «desenvolvimentismo» são os ideais da Razão e do Progresso, os quais sustentam uma confiança cega nas potencialidades de a ciência e a técnica se traduzirem, através das suas aplicações, em níveis crescentes de produção de bens e serviços, o que contribuiria para um acréscimo de bem-estar para o conjunto da humanidade.

No início dos anos 70, a coincidência do primeiro choque petrolífero com as crises de produtividade e de governabilidade das sociedades capitalistas (a ocidente e a leste) marcou o fim de um ciclo marcado pelas «ilusões do progresso». A construção de sociedades da abundância, alargadas à escala planetária, faria desaparecer o fosso que separava os países «desenvolvidos» dos chamados países «periféricos», marcados pelo «subdesenvolvimento». Da euforia deslizou-se para a decepção e finalmente para a verificação de que vivemos em sociedades que alguém designou por «doentes do progresso». Tornaram-se evidentes alguns dos efeitos perversos do desenvolvimento económico, quer em termos das desigual-

dades sociais, quer em termos dos danos, por vezes irreversíveis, causados ao meio ambiente. Também se tornaram claros os limites ao crescimento, decorrentes do carácter finito dos recursos naturais.

Esta «doença do progresso» não significou o abrandamento do desenvolvimento e crescimento económicos à escala mundial. A reconhecida falência do modelo ocidental do «Estado de Bem-Estar» é coincidente com um aumento constante da capacidade de produzir riqueza material, tendo por base acréscimos de produtividade, resultantes de novas formas de organização do trabalho e da incorporação do conhecimento científico e técnico nos processos de produção. Os acréscimos de produtividade, coincidentes com o enfraquecimento dos movimentos sociais e perda de poder dos sindicatos, traduziram-se em níveis acrescidos de exploração do trabalho, bem como num aprofundamento das desigualdades sociais.

A ideologia «desenvolvimentista» foi sujeita a uma forte erosão como resultado de uma pluralidade de críticas que, embora divergentes nos seus fundamentos, coincidiram nos seus efeitos. Porém, o desenvolvimento económico enquanto sistema conceptual e como modelo de referência para pensar e organizar a vida social não foi, no essencial, afetado. A sua sobrevivência foi acompanhada e favorecida por metamorfoses de carácter semântico que, adjetivando o conceito, alimentaram a ilusão de que «um outro» desenvolvimento é possível. Trata-se do mesmo tipo de mistificação que consiste em imaginar que «uma outra» mundialização é possível sem que seja posto em causa, de forma radical, o sistema vigente de exploração do trabalho humano. É assim que, nas últimas décadas, a ideologia do desenvolvimento se reformulou sob a capa dos adjetivos de «sustentável», «alternativo», «durável» e «local». A adjetivação da palavra «desenvolvimento» não só não muda a sua natureza como se constitui como um obstáculo para, com lucidez, compreender os limites da nossa ação e libertar o nosso imaginário social para construir realidades novas.

A organização social subordinada à lógica de produção de mercadorias desvaloriza e elimina tudo o que, sendo do domínio da autossuficiência, da solidariedade desinteressada e da expressão de si, põe em causa o poder do dinheiro e as várias formas de dominação que o acompanham. Poderá esta verificação inspirar-nos um outro vocabulário para pensar os processos instituintes de mudança social?

Pela Ortografia sem Acordo (o Acordo também ainda não tem acordo...)

## **Pela Arte é que vamos!** Uma palavra sobre a Educação

Quando se festeja Mário Dionísio na Casa da Achada, considero que se está a contribuir para um mundo melhor. Isso acontece decerto com a evocação de muitos vultos da nossa cultura, mas em raros encontramos a manifestação poliédrica de múltiplos aspectos, coincidente com efeitos de aperfeiçoamento humano e social: carácter, profissionalismo, variedade de interesses estéticos e científicos, sensibilidade, capacidade de comunicação, e a obra.

Ora toda a sua obra aponta nesse sentido, e lembrá-la implica a manifestação concreta dos intentos de progresso, bem como a condenação (eventualmente compreensiva, mas irremissível) de acções e atitudes que, por vários modos, podem arruinar a sociedade.

E o que nesta obra para isso aponta é a excelência da sua arte literária, o apuro da sua plasticidade, o esclarecimento do seu ensaísmo, a competência da sua acção de professor, a imagem que nos legou do cidadão empenhado e exemplar. E é particularmente útil, na hora difícil que atravessamos, ir ao seu Ensino procurar bagagem que nos permita manter a jornada que nos estão forçando a suspender, deixando-nos desmunidos no caminho de vida condigna que é nosso direito. Um caminho que viemos construindo, com o esforço da maioria de nós, e a complacente permissividade actuante de quem deixava os menos esclarecidos enveredar por sendas ínvias, que àqueles resultavam em benefício, e actualmente se invocam para anular direitos que todos, com esforço maior ou menor, havíamos construído, e cuja construção tínhamos antecipadamente pago, com labor e sacrifício, agora desprezados de uma maneira vil. Gesto de usurpação este que, pela sua indignidade, toda a obra de Mário Dionísio professor, e escritor, e artista plástico, e cidadão, condena e repudia.

Que colhemos nós no ensino de Mário Dionísio? Que ideias-mestras são as da sua concepção e prática da Educação? Nós, os que tivemos a dita de ser seus alunos e colaboradores; os que frequentamos regularmente a reflexão a todos disponibilizada nos seus livros. Nós, que nos habituámos a considerar a figura de um Professor como chave da grandeza intelectual, social e moral, e da configuração

identitária de um povo, e que assistimos à decadência dessa figura, em décadas de ânsia desesperançada, num ruir simbólico da ruína agora mais lata que tudo ameaça envolver. Pois que todos (todos, mesmo os mais favorecidos, e só os favorecidos ignaros disso se não apercebem!) estão ameaçados.

Colhemos antes de mais o gosto de pensar, de estudar, de saber, de construir. E de estudar mais, para pensar melhor, e poder mais ampla e solidamente erigir construções. Tendo em atenção os outros, o seu contributo, a marca ética do pensamento, a abertura estética que abre horizontes de futuro. (E por isso o meu título é a citação alterada de um livro de outro Professor, há muito desaparecido, o jovem Sebastião da Gama, que, com objectivos um tanto diferenciados, mas em parte coincidentes, ficou conhecido pelo seu *Diário* de professor, e nos legou, entre os seus livros de poesia, um intitulado *Pelo sonho é que vamos!*.)

Colhemos também um modo de articular pensamento e vida com exigência, rigor e imaginação, tendo sempre em conta o mundo que nos rodeia. Colhemos o saber especializado que gera a acção adequada, o amor pelo estudo que permite a reflexão consistente, a atenção à especificidade das matérias que condiciona a pertinência de soluções, o gosto da execução ponderada que gera a eficácia.

Colhemos a exigência de seriedade na actuação profissional, na execução acertada de acções, guiada pelo gosto das Humanidades que representam o que de mais distintivo existe em todos nós, enquanto seres humanos.

Colhemos a ideia de um progresso que não consiste em bens materiais desnecessários à vida (simples acumulação do metal soante ou seus simulacros – papel, possessões ou virtualidades, matérias que não nutrem nem desenvolvem e só criam a perniciosa ilusão disso), colhemos um modo de ser que rejeite o exibicionismo fácil e as existências de pacotilha. Um modo de avançar na justiça social, no saber reflectido, na competência concreta, na recusa das desigualdades, na rejeição dos privilégios, incluindo os que se situam à sombra das aquisições democráticas, e que da democracia só têm mesmo o lado sombrio que nela criaram.

Colhemos o gosto pela Língua Portuguesa, que é a base da comunicação que permite o entendimento, e da significação que produz a Arte. Com o conseqüente horror à sua adulteração por Decreto, apoiada por deputados que votam em obediência cega a partidos, mostrando todos estes que desprezam a especialização e o saber.

Talvez o maior mal da sociedade de hoje não seja a má política, nem a corrupção, nem a desastrosa organização sociocultural que eleva a Pinderiquice ao topo da admiração dos desmunidos de meios educativos eficazes. Talvez o maior mal seja um Ensino estruturado na sua própria desestruturação, pois é a fragilidade da Educação que conduz a tudo o que nos tem desgovernado! Num país com liber-

dade, que faz o que quer graças a ABRIL, e no qual parte da população o que quer é pechisbeque, quem ou o quê, a não ser a Educação que se tem ou não, é responsável por isto?

É importante a economia? Decerto. Importante o desenvolvimento? Sem dúvida. Importante a actualização, o progresso? É óbvio. Mas a economia... de que bens? O desenvolvimento... de que meios e objectivos? A actualização... quanto a que matérias? Só o discernimento dado pelo estudo e pelo saber podem determinar essas escolhas, e só gente que o possua pode decidir os destinos do país, no Governo e na Assembleia da República.

Contra os Incompetentes, os Coniventes, os Hipócritas, os Ladrões – sejamos pela reflexão, seriedade, espírito crítico fundamentado, inteligência! Acabemos com «As Solicitações e Emboscadas» e com «O Riso Dissonante», para construir a vida como a árvore que respira e cresce, alimentando-se das suas próprias folhas, em «Não há morte nem princípio». Num mundo em que os privilégios de todos sejam a Saúde, o Ambiente e a Educação. E para conseguir isso, com Mário Dionísio, pela Arte é que vamos!



## **Reflexões sobre a arquitectura Hoje, 2012, primeiro quartel do século XXI**

Parece que seria desnecessário começar esta análise dizendo que a crise que o país actualmente vive afecta brutalmente a prática da arquitectura. Ela afecta tudo. No entanto, é interessante recordar que o descalabro económico e financeiro começou, nos Estados Unidos da América, com a questão dos investimentos especulativos na construção civil, dos empréstimos fraudulentos para a compra de casas, etc.

Quem diz construção civil diz, naturalmente, arquitectura, engenharia, materiais e empresas de construção, mão-de-obra (muitas vezes pouco qualificada) etc. etc. No nosso país esta actividade foi sempre relevante, tendo períodos de enorme crescimento no século passado, com a expansão desenfreada das cidades e vilas, e com o surto do turismo.

O mesmo se passou em Espanha, e noutros países ditos «menos desenvolvidos» da Europa.

O Estado e as Câmaras Municipais aproveitaram o dinheiro fácil disponibilizado pela União Europeia para realizar obras – umas essenciais, outras nem por isso. A Banca apoiava as empresas e as Câmaras, e facilitava aos privados empréstimos para pagar as casas – primeiras habitações, casas de férias, etc. Este liberalismo e esta euforia foram um regalo para a construção civil.

E deram origem à proliferação de cursos de arquitectura. Se, nos anos 70 do século passado, havia apenas dois (Lisboa e Porto) trinta e tal anos depois tínhamos no país (temos...) cerca de quarenta!

Se, em 1960, havia em Portugal trezentos arquitectos, hoje ultrapassou-se há muito os vinte mil!

Uma paragem na actividade da construção civil teria que ter, portanto, graves consequências.

Quando, em épocas de abrandamento desta euforia – que as houve – exportávamos os operários, actualmente exportamos já os próprios arquitectos.

Imagina-se, pois, facilmente, como a actual conjuntura pode abalar a confiança, a esperança, dos jovens candidatos a esta profissão. Quanto aos cursos universitários existentes, as probabilidades de falência de uma grande porção deles são mais do que prováveis.

E mais não digo quanto à situação que hoje os arquitectos vivem, observando com apreensão e pena, do meu «retiro» de reformado, os ateliers que encerram e os colegas sem trabalho.

Até aqui tenho abordado a nossa situação que é, apenas, uma parcela pequenina num mundo «globalizado» em que todos estamos relacionados uns com os outros. E onde encontramos problemas que a mim me chocam, e revelam uma grande hipocrisia. Têm-se feito progressos extraordinários a nível técnico-científico, que já ultrapassam a nossa imaginação e compreensão.

Aparentemente, abrem-se possibilidades quase ilimitadas de progresso para a humanidade, em todos os domínios – se assim for desejado.

E, no entanto, parece que as desigualdades sociais não param de crescer, e há verdadeiros fossos que separam as nações, ou as pessoas dentro das próprias nações.

Como é que se pode aceitar a injustiça de situações como aquelas em que coexistem famílias a viver, permanentemente, em tendas de campos de refugiados, e outras que pagam, por pessoa, quarenta mil euros por uma dormida num hotel de luxo – que até pode ser no mesmo país.

Populações inteiras morrem de fome e sede, enquanto a obesidade é dos problemas que mais afectam as sociedades evoluídas. Infelizmente, exemplos destes não faltam.

Bom. Mas estávamos a falar de arquitectura!

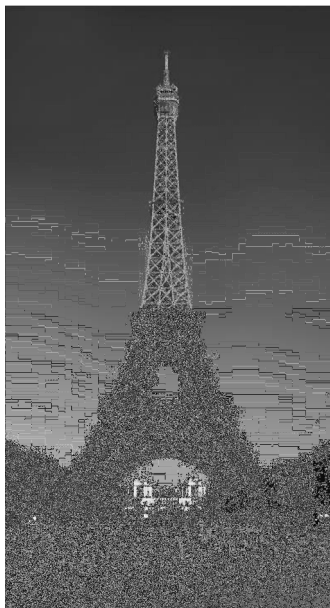
Que diabo têm os arquitectos a ver com isto?

Na actual sociedade de consumo, cada vez mais generalizado, e num regime de liberalismo económico, a competição, a concorrência, a propaganda, são factores essenciais de sobrevivência.

Daí resultam muitas vezes os conflitos entre países (quando não mesmo entre civilizações), numa escala internacional. Mas também, numa escala menor, a emulação, a ostentação, verifica-se entre regiões, entre cidades, até entre simples vilórias.

Tornou-se uma moda, quase um imperativo, que as cidades tenham pelo menos um edifício emblemático, um edifício chamariz, que as torne únicas e reconhecidas. Até lhes arranjam um nome – «edifícios-âncora».

Poderíamos dar como exemplo clássico a Torre Eiffel, em Paris, ou o arco que marca a entrada da cidade de Saint Louis, nos Estados Unidos.



Mas, hoje, isso são insignificâncias, comparadas com os arranha-céus de Nova Iorque, que já foram famosos e de que o Empire State era o maior do mundo. Onde isso vai! – pois foi suplantadíssimo pelo edifício mais alto de todos, construído no Dubai.

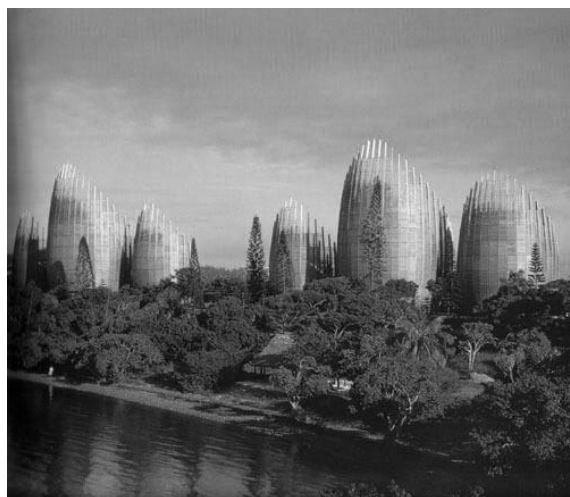


Pensem na ópera de Sidney, no museu Guggenheim de Bilbao, nas ilhas artificiais do Kuwait, no Hotel Boat Building, com a piscina no terraço, em Singapura, no edifício-ponte de La Defense, em Paris, nos enormes «supositórios» envidraçados do arquitecto Norman Foster em Londres e em Barcelona, nos estádios olímpicos, nalgumas obras da arquitecta Zaha Hadid e tantos, tantos outros... até um centro cultural na paupérrima Papua Nova Guiné!  
São incontáveis! Estão a nascer todos os dias!



Edifícios conseguidos graças a verdadeiros prodígios da técnica, pois hoje tudo parece passível de ser executado, por mais arrojado que seja!  
 Desde que haja dinheiro, evidentemente. Muito, mas mesmo muito dinheiro!

Não importa que se cometam autênticos crimes contra o ambiente – ou contra a própria razão, como a pista coberta de ski no deserto do Dubai – nem parece importar o consumo de energia gasto para manter estes edifícios em funcionamento: autênticas fortunas por dia, por hora, por minuto!



Deixou de haver restrições quanto à localização dos edifícios, ou das próprias cidades. Não importa o clima, o solo, e muito pouco a sua envolvente natural ou edificada.

Cada caso é um alegre atentado, que marcará violentamente a sua presença, em contraste, em competição, em ostentação, em publicidade.

Por quanto tempo?

Eis outra pergunta que pode fazer-se.

Não sabemos, mas talvez pouco, pois a mudança constante é outro dos imperativos da sociedade de consumo.

As pirâmides do Egipto duram há cinco mil anos. Os arranha-céus de Hong Kong ou de Shanghai, talvez durem cinquenta.

A própria China, que poderia ainda confundir-nos pela memória de uma economia planificada – à luz de um socialismo que se volatilizou – está dando exemplos assombrosos de loucura, no que respeita ao urbanismo e à construção.

Além da explosão das enormes cidades existentes, há um ritmo, uma verdadeira megalomania na criação de megacidades. Umas agrupando várias existentes, já enormes e que, unidas, terão uma superfície maior que a da Suíça!



Outras completamente novas, com ruas, centros comerciais, habitação em edifícios de grande altura destinados... destinados a quem? A uma população rural, de milhões de pessoas, que passam de repente do casebre para um apartamento de um trigésimo quinto andar?

Com que custos? Sociais, psicológicos... e económicos, claro?

Quem está a pagar tudo isto? E quem vai manter estas estruturas?

Daí que, segundo consta, tais cidades, tais apartamentos, tais centros comerciais gigantescos, se encontrem praticamente vazios.

Estão-se construindo, furiosamente, cidades-fantasma!

Estará o mundo a ficar louco?

Tudo isto, que atrás foi referido, faz a felicidade, como é óbvio, das empresas que constroem, e dos gabinetes que projectam.

A começar pelos dos arquitectos, cujo renome conta como factor importante para a mais-valia e publicidade dos empreendimentos.

Os arquitectos passaram a fazer parte do *star-system*. Alguns ganharam estatuto de vedetas mundiais.

Também as temos em Portugal.

No entanto, há que colocar as coisas na sua escala relativa.

Do mesmo modo que, na «velha Europa» (e não só) há países, e cidades, que se recusam a embarcar no delírio da «construção-espectáculo» (veja-se o caso da Escandinávia, por exemplo), os arquitectos portugueses mais famosos ainda não

levantaram os pés da terra, por assim dizer, e demonstram, além da sua criatividade, sensatez e prudência. Que, felizmente, ainda há quem reconheça e aprecie, no mundo da cultura.



Talvez porque ainda existam dúvidas e preocupações, por parte daqueles que discordam do caminho que as coisas estão levando, e por isso valorizem a contenção dos custos, o respeito pelos sítios, pelos materiais, pela escala do que se passa à volta, pelo conteúdo humano – que existem nas obras de Álvaro Siza e de Souto Moura, por exemplo.

A importação das modas internacionais foi experimentada também entre nós, como era de esperar, em alguns casos, como o da Casa da Música, no Porto; nalguns estádios de futebol, nalguns megacentros comerciais.

Mas a proposta de construção de uma torre gigantesca em Cacilhas, por Frank Gehry, foi rejeitada.

Sinal, apenas, dos nossos modestos recursos económicos? Talvez não. Oxalá que não.

Era uma vez, era uma vez mais  
um mundo onde o mercado  
era o que mandava mais.

Vendiam-se tectos, comprava-se comida  
até tinham portagens  
os becos sem saída.

Pagava-se a escola, os sapatos, o teatro  
nem o quadrado, nesse mundo,  
era equilátero.

Mais do que pôr as pessoas a pensar  
a descobrir, a discutir  
a ler e a criar

interessava pô-las a ir e vir  
a trabalhar, a trabalhar  
e consumir.

Havia uma cidade, capital da união  
nesse mundo-mercado  
esse mundo cão.

Pólis sem pólen, depenada  
já sem produção  
mas bem oleada.

Lia-se em ecrãs duma à outra margem:  
«esta cidade serve  
para estar de passagem»

A altos preços, de marco alemão,  
hotéis e museus  
a visitar no Verão.

Esplanadas onde o preço do café  
deixava o morador da rua  
a tomá-lo de pé.



O morador da rua e o morador da margem  
serviam esta cidade  
que servia de passagem.

Digam lá se isto não era sacanagem:  
pôr pessoas no mundo  
a viver de passagem!

E que interessava que lessem ou cantassem  
que fossem ao cinema  
ou conversassem?

Só se fosse pra cobrar bilhete  
e sem formar questões  
sob o capacete.

E que interessava que saíssem das caixas  
se misturassem todas  
altas e baixas?

Era uma vez, era uma vez mais  
uns que não queriam viver  
em centros comerciais.

Que escreviam e pintavam e além disso  
queriam ler e ver e  
partilhar chouriço.

Que cantavam e falavam e não só  
queriam ouvir e debater e  
partilhar pão de ló.

Que andavam de mal com os mundos-mercados,  
que o mercado a berrar  
punha os homens zangados,

desiguais, incapazes, nas mãos da barbárie  
mais fracos, sombrios  
com cara de cárie.

E numa casa que fizeram e construíram,  
não cobravam entrada  
e muitos a viram,

pintavam e colavam em oficinas  
botavam faladura  
senhores e meninas

chaphavam e mergulhavam a fundo  
na obra de quem também  
questionara o mundo

Queriam pôr cegos a ler  
e surdos a cantar  
sem distorcer

Trocar saberes e aproveitar  
o que a cidade-mercado  
queria desperdiçar

Partir daquele centro e alastrar  
vontades de criar  
e de transformar

Esta gente com pouco dinheiro  
fazia com o que tinha  
um programa inteiro

Gestores culturais, marketeers da cultura  
não percebiam esta casa  
de gente tão dura

Mas porquê não cobrar entrada?  
Por que não ter à porta  
segurança fardada?

Mas porquê falar de livros chatos?  
Não vender porta-chaves  
ao lado de sapatos?

Mas porquê convidar pessoas  
que falavam de dúvidas  
em vez de duas loas?

Pra quê fazer uma leitura furiosa  
– se podes nadar de bruços  
porquê mariposa?

Passados três anos de existência  
foi claro o problema  
da sobrevivência

Sim, é preciso dinheiro pra fazermos  
tudo o que queremos  
como queremos

Mas é certo que se não nos cortarem a energia  
como se cortam árvores  
nos largos da Mouraria,

vamos continuar a remar contra a maré  
e o fundamental  
vai estar sempre de pé:

Ser ponto de encontro, juntar tanta gente  
que não quer estar sozinha  
no seu apartamento

Que precisa de pensar no mundo em que está  
e na arte que o faz ou não  
sair do sofá

Partir de quem pensou há 50 anos  
que se ligava vida e política  
arte e desenganos

Ter novas ideias pra novas edições  
para novas pinturas  
ou letras de canções

Pôr os tais surdos a cantar  
e não obrigados  
ir pra rua gritar

ao lado de outros tantos, doutras associações  
que partilham assim e assado  
estas preocupações.

Estar num bairro fazendo dele parte  
contando com o vizinho  
pra comer da nossa tarte.

E no meio disso construir a vida  
ganhar e perder amigos  
chegar e estar de saída.

Contando com gente forte e com outros idiomas  
não nos vencerão  
constipações ou linfomas.

Direis que não é poesia... e a mim que importa  
é andar, é andar!

### **A cultura: do gabinete e da ladeira**

[Por quem perdeu o hábito de escrever  
e precisou de uma mãozinha para ajudar]

- Quando emprego uma palavra – disse Humpty Dumpty, desdenhoso – ela significa precisamente o que eu quero que ela signifique.
- A questão – disse Alice – é saber se tu podes fazer com que as palavras signifiquem coisas tão diferentes.
- A questão – disse Humpty Dumpty – é saber quem é que manda.

Pois, por exemplo, CULTURA é uma palavra que para X, depois de um estudo atento e afincado que lhe permitirá mais tarde tornar-se ele mesmo professor universitário, é uma espécie de soma entre venda de sabonetes e gabinetes onde as pessoas usam palavras estrangeiras e proferem discursos anglo-saxónicos, ou mesmo americanos como *fund-raising*, *crowd-funding*, *board of trustees*, *task force*, *manager*, *curator*, *target*, *swift* e podia continuar por aí fora.

Como são os gabinetes que mandam, elas, as palavras, obedecem-lhes e fazem tudo como eles querem.

Noutros lugares menos acessíveis que os gabinetes, no cimo de ladeiras íngremes e APERTADAS, há pessoas que, não mandando nada, são teimosas e fazem CULTURA significar outra coisa. O que é chato e torna tudo mais complicado.

Por exemplo: é preciso dinheiro. Pois bem, para ter o dinheiro é necessário pedir a quem o tem, o que é logo à partida um problema. Aí entram os gabinetes, os impressos e as ideias luminosas em inglês. Começa-se logo a perceber como é chato e constrangedor para a palavra CULTURA ter de se contorcer para parecer a mesma, sair com o mesmo som, as mesmas letras de um lado e do outro.

**OS IMPRESSOS PEDEM À CULTURA QUE SE JUSTIFIQUE.**

É útil? Endógena ou exógena?

Os vizinhos ficam entretidos e contentes e orgulhosos com a sua rua e com a sua cidade?

E integra?

E põe os indianos, africanos, chineses etc., etc., etc., etc. a gostar mais de nós e nós deles?

E vai à missa? E usa traje de gala? E canta no coro?

E vende-se, ou é uma oferecida?

(Já sei, se for como as outras, pede esmola pelas esquinas, em vez de ir trabalhar.)

## SE CUMPRIR TODAS AS EXIGÊNCIAS POR ORDEM ALFANUMÉRICA A CULTURA JUSTIFICA-SE.

De lá dos gabinetes alguém elogia:

– Ouvi dizer que também tu te tornaste mestre numa outra espécie de arte.

Em resposta, ouve-se em sussurro:

– Que o senhor me perdoe, mas quem tal disse tem uma minhoca na boca. Eu não passava de um artista insignificante, nessa outra espécie de arte. Não escalava muros, não abria buracos para entrar dentro de casas. Não cortava o pescoço dos veneráveis senhores adormecidos. O que eu sobretudo fazia era ficar de plantão na rua, à espera que me passassem a mercadoria.

– Ah, estás a ser modesto.

– Vai ter que me perdoar de novo, mas que terrível época esta, em que os imbecis dirigem os cegos.

A CULTURA é não a fazer e comprá-la feita.

Os sítios onde ainda é preciso fazê-la são pobres.

A CULTURA tem que ter paredes.

A CULTURA? Mas essa é a mercadoria ideal, a que obriga a pagar todas as outras.

Não admira que a queiram pôr ao alcance de toda a gente.

No cimo da ladeira íngreme que contudo desagua num projecto arquitectónico belíssimo diz-se:

– Mas como achada não é roubada, vamos achando umas coisas, perguntando aos outros o que é que acham e se não querem achar connosco. E às vezes são achas para a fogueira e há quem se queime.

– Mas só se acha ou rouba-se alguma coisinha?

ROUBO. Ora aí está outra palavra ginasticada que se contorce entre os direitos de autor e o direito a ler, ouvir, ver, comer, cheirar, beijar, ocupar, utilizar... Sim, que tudo o que é arte deve ter autor(ização).

E lá vêm do gabinete outra vez, vendas peixe, fruta, legumes, DVD's, óculos de sol, CULTURA, ou mesmo que não vendas nada:

– Tem autorização?

– Pagou os direitos de exibição?

– Não podemos adivinhar, não pediram autorização? E mesmo que peçam, só pagando as taxas. Quais taxas? As de ocupação do espaço público, ora essa. Ou pensam que isto é tudo vosso?

– Não tem parquímetro, nem pilarete, mas não é do povo...

– Não cobram entrada? Serviço público? Quem é que julgam que são? Provavelmente, a Rádio Televisão, não?

– Gatinho, podes dizer-me, por favor, como hei-de sair daqui?

– Isso depende muito do sítio para onde quiseres ir – respondeu o Gato.

- Não me interessa muito para onde... – disse Alice.
- Nesse caso, podes ir por um lado qualquer – respondeu o Gato.
- Desde que vá ter a *qualquer lado* – acrescentou Alice, em jeito de explicação.
- Oh, para que isso aconteça, tens de caminhar muito – disse o gato.
- Alice achou que isso era inegável e por isso tentou outra pergunta:
  - Que espécie de gente vive por aqui?
  - Naquela direcção – disse o Gato, levantando a pata direita – vive um Chapeleiro, e naquela, uma Lebre de Março. Vai visitar o que quiseres, são ambos loucos.
  - Mas eu não quero estar ao pé de gente louca – respondeu Alice.
  - Oh, não podes evitá-lo – disse o Gato. – Aqui, todos são loucos. Eu sou louco. Tu és louca.
  - Como sabes que eu sou louca? – perguntou Alice.
  - Tens de ser, de outro modo não estarias aqui.
  
- Ó pai, para trabalhar na Casa da Achada é preciso estudar?
- O quê? Hã?
- Sim, quero saber o que é que eles estudaram para trabalhar lá.
- Bem... Sim... Não... Mas porquê?
- É que eu, quando for grande, quero trabalhar na Casa da Achada...

\*Palavras e diálogos respigados por aí.

### De não saber

Como é que se fala de máscaras, prisões, liberdades e cifrões, da sociedade que desejamos ou sofremos – e da cultura e da arte?! – quando nunca soube o que queria – nem sei, e, provavelmente, nunca saberei. Mas lá fui sabendo o que não queria, de não sabendo o que me esperava.

E assim uma pessoa vai tendo encontros sociais, culturais e artísticos – seja lá isso o que for. Por acaso? Às vezes. Muitas vezes. Mas lá os vai tendo, assim-assim, assado, umas poucas vezes estaladiço, umas vezes mole e sem-sabor. Insonso demais, mesmo para quem gosta de pouco sal.

E porquê esperar que o *Poder* não seja insonso quando o mundo – e não estou a falar do que o eleger – o é cada vez mais – ou sempre foi, sei lá, tenho 28 anos, uma boa parte desses anos é ribatejana, e no Ribatejo nem se pergunta (muito) que sociedade queremos ou desejamos, a arte é um touro com umas coisas espetadas, a cultura são as reuniões dos escuteiros e um livro do Sttau Monteiro e tocà andar. E como esperar que o *Poder* nos venha ajudar quando as pessoas – fora da quase atroz caridadezinha – não se ajudam? E depois vem aquela ideia da união, que não é «se toda a gente se juntar», mas uma espécie de todos iguais e muito bonitinhos. Somos todos portugueses, não é? Pois, eu se calhar não – não sei –, tu se calhar também não. Se calhar até ninguém é português, ou pátrio-ticamente português, pelo menos. Nacionalisticamente português, então? É-se tanta coisa antes de se ser português, felizmente. Até antes de se ser de esquerda é-se muita coisa: desde filho da puta a jurista.

E uma pessoa, tal como esta associação – a Casa da Achada-Centro Mário Dionísio –, é lisboeta – mas é-se tanta coisa antes de se ser lisboeta, como talvez holandês, talvez de esquerda, talvez homem – e não se lembra que ali, a 46 km de distância, a «cultura» e a «arte» são já quase outra coisa, mas sem ser muito diferente do que é aqui. Quase que viva o Carrilho, «nosso» quase presidente da Câmara, por ter «feito» uns quase teatros e quase cineteatros por todo o lado – é que agora há espaço vazio.

E então, o que é essa coisa de «arte», «cultura» e «sociedade»? Isto pergunto sem pensar numa justificação histórica ou assim, mas o que é para nós nos dia-a-dias quotidianos menos quotidianos? De vez em quando vamos a uns «eventos» – quase casualidades – de massas que não são manifestações, mas são cultura-entretimento (existe? o Estado faz por isso). E de não saber bem, lá se vai a uma



sala ouvir-ou-ver um concerto rock. E se está cá o Bosh toca a correr para o museu. E se há uma peça nova com quatro estrelas naquele jornal vamos lá. E se, e se depois queremos mas é outra coisa que não seja só pão? É outra história – muito para além das óperas e operetas.

Na escola, quando entrei no 10.<sup>o</sup> ano – e não foi assim há tanto tempo –, perguntaram-me numa folha inquisitória «Para que serve a escola?». E eu lá respondi algo como «Além de aprendermos sobre várias matérias, é onde nos tornamos mais pessoas». 11 anos depois estou quotidianamente numa casa sobre – mas não só sobre! – Mário Dionísio, professor – mas não só professor! E li e reli, e ouvi e voltei a ouvir «aulas» – conversas daquelas... – de Mário Dionísio – mas não só dele!

E é um pouco disto que sinto falta no mundo – naquilo que é a sociedade, a actividade cultural e a arte –, o «não só». Porque «só», sozinho, *a solo*, individualmente, pequenino e pepino faço muito pouco – até penso muito pouco. E é «não só» que nos tornamos mais pessoas, até porque mais pessoas é um bocado plural e pouco singular.

E partindo – uns lá para fora, outros cá para dentro – estamos cada vez mais sozinhos. E quando numa sala de aula se discutia menos do que num café, aquela ideia de que nos tornamos mais pessoa na escola foi por água abaixo. Comecei, então, a ir para os cafés – e a beber cerveja. E depois nos cafés comecei a pensar que se discutia duma forma «limitada». Comecei a frequentar as universidades na esperança de que o ensino fosse um pouco diferente, mas discutia assim-assim nos cafés das universidades – naquelas alturas de pausa das praxes. Depois – entretanto – comecei a trabalhar e sindicalizei-me. E pouco mais se discutiu.

E pouco se pode esperar do *Poder* quando o mundo está assim. Antes de se querer um mundo onde toda a gente seja feliz, «sem exploradores nem explorados», com «pessoas que, entre outras, coisas pintam» (citações misturadas de Mário Dionísio e Karl Marx), tem de existir um mundo onde as pessoas discutam e conversem. Onde não esperem que lá de cima venham soluções milagrosas ou realistas sobre como devemos viver bem, pagando dívidas ou não, como devemos rentabilizar as nossas economias e como essa rentabilização vai mudar tudo: afinal vai-se fazer menos nas escolas, nos trabalhos, nos cafés e nas ruas. Vai-se pintar menos porque as pessoas que «entre outras coisas pintam» vão estar demasiado tempo a contar – se existirem – tostões. E a zangarem-se umas com as outras pela má contabilização de tostões.

Por sortes várias e acasos múltiplos uma pessoa conhece as pessoas «certas». Não aquelas que garantem uma vida abastada para o resto da existência, mas aquelas que timidamente fazem do amor e da amizade uma bandeira, e que têm a esperança – essa... – de que todos no mundo a tomem como a sua bandeira –

vermelha. E é só aí, nas vontades, cabeças, pernas e braços de outra gente que se encontram forças e novas vontades para fazer – e ir fazendo – outro mundo.

Esperar que a sociedade, a cultura e a arte sejam outra coisa vindas de cima? Não, não, não.

Aqui, na Casa da Achada-Centro Mário Dionísio, não se quer – nem se pode querer – que as coisas venham de cima. Fazem-se com quem estiver e, felizmente, são cada vez mais e mais diferentes os que querem fazer. E gritar contra o mundo que temos, que não queremos, é também gritando assim – fazendo e conversando com os outros que por cá estão, vierem e venham a estar.

Não, a nespereira da Achada não é a árvore do éden  
nem sequer a do conhecimento  
mas antes  
como em todas as aldeias africanas  
uma *árvore da palavra*  
sob a qual se conversará de preferência  
pois os espíritos do lugar  
inspiradores ou críticos  
escolherão a sua folhagem

Porque na Achada  
talvez seja este o primeiro ponto  
não se procura o paraíso  
não se acredita no paraíso  
nem sequer se acredita na sua utilidade  
teórica ou mítica  
as pessoas sentem-se curiosas pesquisadoras pensadoras  
não santas  
a obra de Mário Dionísio é na casa motivo de reflexão  
não de culto

Para aqueles que animam a Casa da Achada  
o trabalho talvez leve a melhor  
sobre o convívio  
pois o prazer  
é transformação e fruto do esforço  
e a resistência tem o seu preço  
de fadiga de decepção e de amargura  
acumuladas

E no entanto certos momentos de exaltação perduram  
a «Abril em Maio» cultivava essa *memória*  
com a consciência de que a hora da graça  
o tempo do prec  
já tinha passado  
e que se tratava de preservar o respectivo rasto  
a ruína

O Centro Mário Dionísio dedica-se à *actualização*

posto que mais do que procurar uma solução  
necessariamente utópica  
com toda a carga de irreal que o termo conota  
sobretudo com a consciência de que muitos projectos e propostas  
foram abandonados  
sem nunca terem sido experimentados  
tendo o trabalho de Mário Dionísio consistido  
em delimitar claramente os problemas  
que ontem como hoje  
é preciso voltar a colocar  
ininterruptamente  
e sem obliterar a sua dimensão histórica

Memória e actualização  
por definição  
opõem-se a uma ideologia burguesa  
que se pretende perene  
e cultiva a amnésia por todos os medias

a Casa da Achada é esse espaço improvável  
onde os comentários são escutados  
onde as palavras ficam  
como esses versos sem par nem rima  
que pedem  
reclamam  
resposta  
nem museu  
nem centro cultural  
nem escola  
nem mesmo uma verdadeira comunidade  
mas antes uma família que se pudesse escolher

Pois contrariamente ao éden  
ou ao partido  
mesmo que não se esteja sempre de acordo  
da Achada não se é expulso

## Uma tertúlia aberta

Começemos por estabelecer algumas distinções.

1 – Distinção entre: elite cultural, elite económica e elite política. A história do século vinte, sobretudo nos regimes totalitários e nas sociedades em que há grandes diferenças de poder económico entre os indivíduos, demonstrou cabalmente a mediocridade, senão o ridículo das obras que os dominadores designaram como artísticas. Muitas destas «obras» tiveram grandes apoios financeiros; foram concebidas e realizadas apressadamente; são gigantescas e mal integradas nos locais onde aparecem.

2 – a) Distinção entre nacionalismo político e nacionalismo cultural. O primeiro nunca deixou de ser perigoso para a paz mundial. O segundo faz compreender a diversidade sem prejuízo de ninguém. A descoberta científica de uma lei da Natureza rompe as fronteiras. A realização de uma obra de arte não impede a concretização de outras. Assim, as descobertas científicas e a realização de obras de arte promovem o entendimento entre os povos.

b) Mas deve, ainda, insistir-se um pouco mais nesta problemática em torno dos valores nacionais, nacionalistas e imperialistas. Reconhecer os valores nacionais não é necessariamente um acto nacionalista que abra caminho a qualquer intenção imperialista. Não reconhecer os valores nacionais é recusar as contribuições mais genuínas no intercâmbio das nações; e é um erro, pois enfraquece cada nação perante o alheio apetite de imperialismo.

A obra de arte nasce da liberdade de quem a realiza e dirige-se à liberdade dos fruidores. Nenhum decreto garante a realização de boas obras de arte, nem o dinheiro que se atribua aos artistas; do mesmo modo, nem o decreto nem o dinheiro obrigam a gostar.

c) É claro que há obras que exigem grandes apoios financeiros. Não são necessariamente as mais inventivas. As colagens de Picasso e de Braque não melhorariam, se nelas se substituísse o papel de jornal por material caro.

Ora, o final do século dezanove cultivou o gigantismo da produção e inventou a vedeta. Um caso excepcional: Wagner, que aumentou imenso o número de

componentes da orquestra sinfónica, assim como aumentou o tempo da composição operática e a sua encenação. Apesar da genialidade da música de Wagner, tal gigantismo mereceu a reprovação de Leão Tolstoi. Para o escritor russo, a arte não poderia prosseguir por um caminho tão dependente da produção. Mas ninguém quis escutar os avisos de Tolstoi.

O aparato da produção instalou-se de facto, contaminou os artistas e desorientou o público. O dinheiro empatado nesse aparato tinha porém que ser recuperado. O sucesso de bilheteira tinha que ser garantido. Mas não chegava. Apelou-se para o mecenato de grandes empresas, de fundações, e de pequenos comerciantes contentes por verem o logotipo da sua loja junto dos emblemas dos ministérios e das câmaras municipais; e estas, sendo oficialmente as mais importantes, reduzem muitas vezes o seu auxílio ao mero apoio moral...

Hoje, a publicidade de um filme centraliza-se frequentemente na proclamação do dinheiro nele aplicado. Analogamente, fala-se mais da cotação de um pintor do que das características estéticas das suas obras. E nem os conterrâneos dos artistas, nem os seus vizinhos reconhecem tais características. Dada a crescente globalização conduzida pelo comércio, tudo o que se disser sobre uma obra de arte passa a funcionar apenas como publicidade.

Em vão, um texto de crítica de arte tenta seriamente colocar uma obra num campo de valores actuais. A sua argumentação será considerada lenta e confusa, o que é muito provável, dado que é a própria obra de arte que é clara, mais clara do que qualquer ensaio escrito sobre ela, e é mais rápida a impor o seu fascínio. Refiro-me em especial à obra plástica, que não pede tempo de observação predeterminável. E não é possível provar que os decisores da política cultural não foram alguma vez bafejados por esse instante mágico em que a percepção estética se pode cumprir. Na sua vontade de contactar com o público, o autor de um ensaio pode aceitar o desafio de ser tão rápido e eficaz como a publicidade, que, aliás, tem-se desenvolvido com inegáveis conhecimentos de psico-sociologia, em busca do que é atraente. Se se reparar, porém, na publicidade corrente de qualquer produto, pode verificar-se que ela está esquivando-se a caracterizar esse produto: a representação de uma mulher nua pode servir para tornar mais «atraente» a capa de um livro de economia ou de matemática moderna...

Efectivamente, proliferam as revistas de arte pejudadas de anúncios e de textos anódinos.

Que não se considere, portanto, que o valor de uma obra se condensa nos actos de compra e venda. Também nesta actividade se está a atravessar uma crise, com as suas «bolhas», pois há já alguns anos que a alta finança está a fazer da arte moderna o seu brinquedo, tal como o gato a brincar com o rato, até à morte do rato.

Até à morte do rato, pensa o gato... Ou pensa o financeiro, orgulhoso do seu poder. Para o exibir, ele não hesitará em provocar a morte do que quer que seja, o rato ou a obra de arte.

Quando, em Portugal, no final dos anos sessenta do século vinte, surgiu com alguma vitalidade um embrião de comércio das obras de arte contemporânea, com vendas que deixaram de se processar directamente entre o artista e o comprador, o financeiro passou a sentir que seria ele o condutor do novo jogo. Em rigor, ele não queria comprar, queria vender. Em breve, criou-se uma espécie de epidemia: toda a gente queria vender; se comprava, era para vender. Nesse jogo, o financeiro tem uma compreensão da mecânica dos preços que os artistas não têm. E os «marchands» perceberam que não podem chamar um milionário para lhe mostrar uma obra barata. Os preços subiram em flecha. Quanto maior fosse a arbitrariedade das cotações, mais o financeiro sabia que poderia dominar a situação. Seria ele a decidir o valor da obra com o prestígio do seu dinheiro.

Mas uma obra de arte esquivava-se melhor do que um rato. A curto prazo, a obra pode parecer um brinquedo prestável aos mais diversos caprichos. A longo prazo, ela vai porém instaurando as suas próprias regras. Quando a olhamos a partir do que ela é, e não na sequência das funções equivocadamente cumpridas enquanto prisioneira de gente desamorosa, reparamos que a arte dá-nos o entendimento daquilo que antes dela parecia impensável. Há uma generosidade na actividade dos artistas e dos cientistas: oferecem-nos sempre mais e melhor do que lhes teríamos pedido.

3 – Atravessa-se actualmente um momento de viragem acelerado nos mais diversos países, mercê da globalização e da integração na Comunidade Europeia. Onde há mudanças de regime, certamente no sentido da democratização, como aconteceu em Portugal há trinta e oito anos, não deixa porém de aparecer um novo-riquismo económico, geralmente imitador dos aspectos e emblemas da classe dominante anterior, e também, homologamente, um «novo-riquismo» no poder político, que introduz erros administrativos devido à incompetência da improvisação e à instalação de um carreirismo político, nem sempre inspirado pelos ideais patrióticos. Não é por repúdio do dirigismo que os programas oficiais da cultura são fracos, mas por incompetência ou mesmo desprezo pela cultura.

Num ambiente assim criado, e que demorará muito tempo a ser corrigido, proliferam os entraves burocráticos. Mas há que não perder a esperança. Certa confusão é apenas derivada dos diferentes ritmos das transformações culturais, políticas e administrativas. Os esforços cívicos dos protagonistas da cultura, da política e da administração, mesmo que tenham o mesmo objectivo civilizacional, entrecrocaram-se por terem «velocidades» diferentes. Deve-se, pois, insistir nas acções culturais independentes, abrir espaços para o seu desenvolvimento e para o diálogo com o público.

Há alguns espaços destes, em Lisboa, e noutros locais do país. A Casa da Achada é um deles. Aberta há três anos, tem desenvolvido uma acção diversificada, sendo animada por admiradores da obra e da personalidade de Mário Dionísio, a começar por Eduarda Dionísio. É uma tertúlia aberta. Qualquer pessoa pode entrar sem ser obrigado a fazer despesa; pode trocar ideias sobre a função social da cultura, apreciar desenhos e pinturas, ouvir música, ler livros... Quanto a mim, penso que aqui pode fortificar a ideia de que a melhor política cultural é aquela que é feita pelos próprios protagonistas da cultura. Por todos e para todos, não por um.



## 5 razões para «viver» o projecto Casa da Achada-Centro Mário Dionísio

«Cultura é o que faz a vida valer a pena», li há muito em T. S. Eliot e esta definição, que continuo a achar das mais depuradas formulações sobre cultura, tem tudo a ver com a escolha de estar na, e com a Casa da Achada, e por isso a escolho para iniciar a minha intervenção nesta «Maratona».

### **Colaborar e participar nas actividades da Casa da Achada «faz a vida valer a pena».**

Rerler Eliot foi verificar que muito do que reflectiu sobre cultura mantém a actualidade. Com os devidos créditos vou usá-lo e citá-lo.

Diz Eliot: «A cultura permite-nos entender o mundo em que vivemos para podermos participar no diálogo das civilizações. Sendo a civilização um processo em permanente construção, é a aquisição de conhecimentos e saberes vários que nos permite perceber onde estamos, prever para onde vamos e escolher os caminhos.» Cultura é então o que nos permite ser agente da mudança e não apenas sujeito de inevitabilidades.

Cultura é também o produto/concurso de várias actividades humanas que se interligam de forma harmoniosa, visando embora, cada uma delas, o seu objectivo: o pintor que pinta, o músico que cria, o cientista que descobre, o funcionário diligente que resolve atempadamente os assuntos de expediente, etc. A essa soma/concurso de saberes e artes que se manifestam num determinado tempo e espaço chamamos civilização.

Sobre as civilizações dizemos que são avançadas ou primitivas, que estão no apogeu ou em declínio. Não sabemos se há normas ou padrões de qualidade para as compararmos, mas conseguimos analisar uma determinada sociedade e dizer se nela existe uma cultura elevada ou baixa, se detectamos sinais de avanços civilizacionais ou de retrocessos. Pela negativa, e cito de novo Eliot, «podemos dizer que há algumas condições essenciais perante a ausência das quais se pode dizer que não é expectável a existência de qualquer cultura elevada.»

A ausência de política de apoio às artes, a uniformização da oferta cultural ou a «normalização» do gosto e da fruição das práticas culturais através de processos miméticos induzidos pelas indústrias culturais do chamado *star-system* são indícios

graves de declínio cultural. Tal como acontece na natureza, nas sociedades a perda de diversidade conduz sempre ao empobrecimento e é um factor de risco.

### **A Casa da Achada é um sítio que promove e pratica a diversidade cultural.**

Cultura é desejo de aperfeiçoamento num grau que cada um estabelece para si próprio. Cultura é também um conjunto de «virtudes», cabendo a cada um escolher a quais se vai dedicar mais, para atingir um maior grau de perfeição. A cultura, nesse sentido, é a procura de «virtude» e será sempre peculiar, porque nunca existirá um ser humano totalmente culto. Ainda segundo Eliot, «há virtudes que a história da humanidade tem vindo a considerar como condições permanentes, estáveis, quase intrínsecas ao conceito de cultura e que permitem que se considere que essa sociedade detém um elevado grau de cultura. São elas: o refinamento de modos (urbanidade e civismo) e a aprendizagem, enquanto forma de conseguir aceder ao saber acumulado do passado».

Há elevado grau de cultura quando existem indivíduos que aspiram ao aperfeiçoamento, integrados em grupos que tendem a um aperfeiçoamento ainda maior em sociedades que atingem padrões de cultura muito elevados. O saber individual é assim partilhado no grupo e alargado à sociedade.

Saberes somados, partilhados, participados e mutuamente apreciados alcançam a coesão necessária a uma cultura elevada. Uma sociedade corre perigo de desintegração quando há falta de ligação e de contactos entre pessoas de diferentes áreas de actividade. A partilha de saberes é factor de coesão social.

### **Na Casa da Achada partilham-se saberes de diferentes áreas de actividade.**

Há seres humanos que, tendo atingido um elevado grau de aperfeiçoamento individual, podem desempenhar um papel muito importante quando inseridos num projecto cultural colectivo. São as «elites», entendidas não como conjunto orgânico, que se encontram não por razões muito «académicas», «sérias», em circunstâncias muito bem «definidas» e quase sempre «oficialmente» – para isso existem as reuniões científicas, os congressos e as conferências de sábios – mas pessoas que se encontram para conviver, discutir ideias, e fruir habilidades ou talentos, num clima de partilha informal de contacto pessoal empático e intelectualmente estimulante.

Cultura elevada pressupõe liberdade intelectual, crítica independente, cooperação na criação de redes de agentes culturais independentes, de passadores de ideias para: fazer circular livremente as ideias novas enquanto são «novas»; promover a reflexão crítica; levar a públicos mais alargados novas obras, novos projectos e propostas culturais e estéticas; ideias e pensamento político crítico; avanços científicos e tecnológicos.

O fechamento e a criação de fronteiras culturais e mentais, a aceitação do «autoritarismo cultural» conduz inevitavelmente ao autoritarismo político e económico.

**Na Casa da Achada promove-se o convívio franco e a partilha informal de saberes mantendo vivo o espírito e a prática inspirada e inspiradora de Mário Dionísio.**

Os tempos que vivemos são de enorme preocupação pelo retrocesso político e civilizacional a que assistimos. A crise do sector financeiro em 2008, e a emergência, a que já estamos a assistir, de uma economia que se *desmaterializa*, aquilo a que podemos chamar a entrada no cibermundo das tecnologias da informação e da comunicação, tem consequências imprevisíveis.

A «nova economia» traz consigo a mudança radical do paradigma da estrutura de custos da produção, relativamente às análises de Adam Smith e Marx. Isto significa que se valoriza a concepção (invenção) do primeiro exemplar e não a construção das réplicas. A fonte de mais-valia deixou de ser o trabalho consagrado à produção de um bem mas o tempo que se leva a conceber esse bem. A criatividade passou a ser uma das qualidades mais requisitadas no mundo do trabalho. Os países pobres dedicam-se à produção material. Os ricos reservam para si a produção «imaterial».

Mas toda a sociedade está contaminada pelo modelo do *star-system*.

As indústrias culturais hegemónicas tendem a reproduzir o modelo também usado pela alta finança especulativa: quem ganha, ganha tudo. Os outros são perdedores, embora sejam a maioria. Os artistas vivem miseravelmente, salvo as estrelas. E todos aceitam porque todo o artista aspira a tornar-se uma estrela.

Na Casa da Achada temos procurado caminhos alternativos: não há perdedores, todos ganhamos quando se reforçam laços, se criam «estrelas colectivas», como o nosso Coro, e se insiste nas oficinas de passar saberes, em que todos podem ser a um tempo criadores, manufactores, executantes, artistas, críticos e espectadores.

**Na Casa da Achada cada um e cada uma procura reforçar a sua capacidade emancipatória e ser criador e inventor, antes de tudo o mais, da sua própria vida.**

## No 3.º aniversário da Casa da Achada

Por razões profissionais não vou poder estar convosco no dia do 3.º aniversário da Casa da Achada- Centro Mário Dionísio o que lamento, pois são muitos os motivos que temos para celebrar. Devemos celebrar a energia, o entusiasmo e a dedicação de uma pequena equipa liderada pela Eduarda Dionísio, responsável por concretizar ideias e vontades que pretendem resistir à erosão imposta pela inoperância, pelas razões ocultas ou apenas conhecidas dos decisores das coisas da cultura e mesmo pela má-fé que transborda dos seus discursos hipócritas. Devemos celebrar a rede humana que se cruza na Casa da Achada e viabiliza as suas actividades, devemos celebrar o dinamismo e a vitalidade patentes nessas múltiplas e diversas actividades, conseguidos sem dúvida à custa da generosidade e tenacidade de alguns, mas também da capacidade de disseminação e ressonância da obra e da figura de Mário Dionísio.

Empenharmo-nos para que continue a existir um espaço onde é possível promover discussão, aprender, descobrir em conjunto o legado de Mário Dionísio e o que dele tem emanado em criações novas não custa muito, mas precisa da colaboração de todos. A maratona de intervenções de hoje ajuda a perceber que temos de defender aquilo em que acreditamos por todas as vias.

Posto isto, deixo-vos algumas linhas que reelaborei a partir de outras escritas há seis meses atrás, quando sentia uma grande inquietação por não ver qualquer reacção da parte dos artistas e das pessoas ligadas à cultura no nosso país à declarada guerra aberta pelo actual governo contra os que há mais ou menos tempo vêm produzindo a arte e a cultura que nos alimenta a todos. Falo apenas como observadora e cúmplice daqueles a quem devo seguramente o modo como vejo o mundo.

A desmemória é um risco tremendo para sociedades como a nossa, onde o enraizamento das acções e das ideias é frágil, onde o exercício do pensamento crítico é fracamente transmitido e menos ainda promovido, sempre remetido para outras instâncias (a dos intelectuais, hoje comentadores profissionais) e colocado à margem da vida quotidiana. Por isso, viajar entre o passado e o presente pode ser a melhor forma de compreender o futuro, que não existe desgarrado, mas como escolha e decisão do presente.

O teatro (como a cultura em geral) foi, durante o antigo regime, de dois tipos e servia para duas coisas: o comercial preenchia os tempos livres da população em

geral; o subvencionado (sempre subsubvencionado) cumpria o desígnio de representar o grau de civilização de uma parte dessa população. O Estado assegurava a existência de ambos os tipos, vigiando e controlando. Considerava-o importante: antes de mais porque tinha o poder de reunir muitas pessoas em torno das palavras de um autor encarnadas por actores e porque era, e será sempre, um momento único e imprevisível, logo potencialmente perigoso. Por isso, havia que manter o tecido artístico frágil e toda a classe na dependência deste duplo sistema: ora sujeito às bilheteiras, ora dependente dos apoios do Estado apesar dos riscos de subserviência e dirigismo estético, artístico e ideológico. As margens iam sendo ocupadas temporariamente por quem conhecia outro teatro, pensava um pouco mais sobre o que andava a fazer e por isso ousava arriscar.

Com a Revolução de 1974, parece ter nascido uma simpatia e uma cumplicidade entre artistas e Estado. Caminhavam a par, cresciam juntos e havia afinidades electivas entre eles. O Estado providência e o modelo francês de organização do campo teatral (o teatro serviço público de Vilar) configuraram o teatro que eu conheci: sempre subfinanciado, mas cultivando a diversidade e acreditando na sua relevância. Existia agora para os homens novos saídos da Revolução.

A existência de actividade cultural – desaparecido o frágil mercado do teatro e outras artes do antigo regime – foi assumida pelo Estado, na Constituição, e através dos sucessivos governos, que continuavam a reconhecer a sua importância numa sociedade ainda em déficit de «acesso à cultura» por parte dos cidadãos. Como reforçar as suas raízes, torná-la vital para a cidade/o país não constituiu grande preocupação nem do Estado nem dos artistas: existia e seguia o seu processo de crescimento sem grandes cuidados, acreditando-se que nunca seria posto em causa o pacto estabelecido entre artistas e Estado e muito menos o princípio, que todos pareciam subscrever, do direito do povo à cultura. Havia, claro, as reivindicações de quem chegava ao território que se foi lentamente constituindo e sentia a dificuldade em arranjar um lugar, em ver reconhecida a legitimidade da sua arte através do financiamento do Estado. No entanto, nenhum governo conseguiu ou esteve disposto durante estes anos a tornar mais farta a mesa, antes pelo contrário, e importa perceber porquê.

A razão não parece ser económica ou financeira, pelo menos não só, e os últimos meses tornaram isto evidente. No caso do teatro, ele foi deixando de ser importante para um Estado em processo de apagamento da memória, cuja única ideia de cultura se foi reduzindo ao patrocínio de grandes eventos e a conceder espaço à cultura de massas e ao audiovisual. Continuou, apesar de tudo, a desempenhar o papel de quem é responsável por assegurar a existência de um serviço público de teatro, ao mesmo tempo que, pela forma errática ou tendenciosa como ia criando instabilidade e precariedade, alimentava a ideia de que o trabalho dos artistas não era regulado, tinha todas as liberdades e privilégios que outros trabalhadores não tinham, estando à margem do mercado de trabalho (as cigarras de que falava há dias um inteligente ministro). Não recordo nenhuma reacção dos artistas contra-

pondo argumentos que não os estritamente assentes no direito a receber um financiamento pelo seu trabalho. Talvez o devessem ter feito.

Por outro lado, a televisão tornou-se muito mais poderosa do que as formas tradicionais de cultura (dita de elite), mais eficaz na disseminação de um mercantilismo feroz nas próprias relações humanas e menos perigosa, porque isola o espectador em frente a uma caixa que não lhe dá muitas oportunidades para pensar. Essa caixa, por exemplo, descentrou o lugar do teatro na sociedade ao ponto de este parecer existir para uma minoria, de não corresponder a uma exigência e a uma solicitação da sociedade.

Daqui decorrem coisas espantosas, mas compreensíveis, para descredibilizar os artistas e a cultura: lugares-comuns sobre o esbanjamento de recursos e a má gestão que deles é feita pelos artistas, sobre o afastamento entre estes e o público, sobre a necessidade de clareza e transparência na relação dos artistas com o Estado, pois todos os cidadãos contribuem com os seus impostos para esse trabalho que não chega a sê-lo, excepto quando é posto ao serviço dos governos. Tudo isto vindo da parte de um Estado corrupto, incumpridor, descredibilizado pela mentira dos governantes e que instrumentaliza de diversas maneiras a cultura e os artistas. Mas o discurso mais venenoso foi o de que não há retorno para os custos da cultura e de que o teatro deve seguir as regras do mercado, nada o distinguindo de qualquer bem cultural que os cidadãos escolhem ou não consumir.

Do lado dos artistas sentia-se o desconforto a cada submissão dos projectos a concurso para avaliação e financiamento, como se estivessem sempre a pedinchar aquilo a que acreditavam ter direito (ainda acreditam?), a ter de provar o seu mérito, não reconhecendo aqueles a quem tinham de prestar contas como interlocutores à altura. Uma incomunicabilidade e impossibilidade de trabalhar em conjunto agravadas pela mútua desconfiança, que foi fatal e que, aliás, se estendeu a outros grupos profissionais com os quais o Estado foi mantendo a contragosto um vínculo: professores, médicos do sistema de saúde, funcionários públicos em geral. Os artistas não estão sozinhos nesta campanha e é bom que o percebam.

E tudo isto parece colar com a realidade, mas só cola porque o discurso oficial já está a falar de outra coisa; não está a falar do teatro tal como ele foi entendido e praticado até, digamos para simplificar, aos anos 90 do século passado, e como ele continua a ser entendido e praticado numa parcela significativa do mundo ocidental. Espalha-se a ideia de que esse teatro, a que julgávamos ter direito, acabou e que uma nova era e novos caminhos devem ser trilhados pelos artistas. Foi esta exactamente uma das espantosas expressões utilizadas pelo SEC, de quem não se conhece uma única ideia sobre arte, e que aceita ser o porta-voz de um governo, que não apenas se desresponsabiliza progressivamente das artes e da cultura, deixando-as entregues à sua sorte, como procura fazer crer que isso constitui uma oportunidade de renovação, e que naturalmente o tecido artístico encontrará formas de sobreviver produzindo mercadoria. Desta forma pretende arrasar o que foi sendo construído nas últimas quatro décadas e mesmo antes, e tudo isto, para minha

surpresa, num clima de obediência e de resignação só explicável pelo cansaço dos mais velhos e pela rejeição total das gerações mais jovens de qualquer discurso ou acção que «cheire» a política, confundida com partidos políticos, a activismo e comprometimento. Apetece-me dizer que beberam muito leite pós-moderno!

As palavras do SEC, descontando «imprecisões», para não dizer disparates e mentiras, apontam, aliás, várias pistas: mostra-se confiante nas novas gerações que encontrarão novas formas de dar vitalidade ao tecido artístico, novos caminhos, novas formas de financiamento e, chave deste entusiasmo, novas formas de gestão; mas, além disso, deixa entender que a intervenção do Estado na Cultura será selectiva. A verdade é que se ela até pode parecer avulsa, na verdade é dirigida não por uma qualquer concepção de cultura (mesmo a dos grandes eventos para propaganda do Estado tutelar), mas por uma visão mesquinha, acanhada, atrofiada, na qual tudo é cultura (de preferência a que tem «valor acrescentado»), onde o teatro se dilui nas indústrias culturais, e, em geral, na qual existir ou não uma vida cultural é coisa irrelevante, desde que um cidadão possa uma ou duas vezes por ano ir trautear umas canções ou aparecer na fotografia à entrada de uma sala de espectáculos. Nada de verdadeiramente sério comparado com lucros e perdas das grandes empresas, as tais que podiam ser simpáticas e substituir o Estado nas suas obrigações. Mas não querem ou apenas em certas circunstâncias, vá-se lá saber porquê.

Tudo isto vem de longe, como vêem, agora trata-se de acabar o trabalho antes começado. Desestruturar o sector, delimitá-lo reduzindo-o, fazer passar para a opinião pública os lugares-comuns que antes aponte e demonstrar a quem ainda pudesse ter dúvidas que, sim, há coisas importantes que cabe ao Estado cuidar, mas entregue-se aos jovens (aproveitando-se um conflito surdo já existente) o futuro da cultura (o que quer que ela seja: livros para mim, artes plásticas para a Banca e a EDP, etc.) e eles serão capazes de responder com a sua vitalidade.

Que futuro, então? Para que serve o que fazem os artistas? Talvez devêssemos começar por colocar esta interrogação e tentar responder pela prática. Contrapor o trabalho efectivo dos artistas ao discurso repleto de generalidades, lugares-comuns tendenciosos e ressentidos que emanam da esfera do poder, um trabalho que obedece a um programa, que pensou os seus gestos e identificou os seus alvos: guerra, portanto. Duvido de «fugas para a frente», de fazer por fazer, para não parar, de fazer alguma coisa para sobreviver. Acredito, pelo contrário, em que se encontrem formas de trabalhar assentes no rigor e na clareza, que se defenda aquilo em que se acredita e se empunhe o trabalho realizado como uma bandeira, se denuncie cada medida arbitrária, nociva ou assente na mentira, que se assuma o erro de ter subestimado «os gabinetes» e se exija ter interlocutores à altura para discutir o futuro da cultura em Portugal.

Comece-se por estar atento aos sinais, não chegando tarde às decisões, apesar da agressiva estratégia dos nossos governantes que consiste em silenciar pela recusa

de diálogo, em incutir sentimentos de resignação, de culpa e até de medo. Afinal, uma outra (se calhar a mesma sob outras vestes) forma de censura através da inacessibilidade do cidadão a quem o governa.

As razões da actual política não são económicas, porque se sabe – embora não o saiba suficientemente a generalidade das pessoas – que a cultura é investimento, mas não daquele que os bancos praticam e levaram uma parte do mundo à ruína: criatividade, imaginação, espírito crítico, alargamento da capacidade de entender e de relacionar e, se quisermos, valor simbólico. Nunca o Estado gastou dinheiro a mais com a Cultura e com o teatro em particular, mas sim dinheiro a menos para cumprir aquilo que está na Constituição e que deixou de ser subscrito pelos governos. Será que a Nação pensa como eles? Que o acesso à cultura é da responsabilidade de cada um segundo as suas possibilidades?

Ao deixar nas mãos de um mercado, que na realidade não existe, o futuro da cultura e dos artistas, podemos antever uma razia que colocará em sérios apuros as estruturas maiores e que transformará radicalmente as condições e formas de trabalho das estruturas mais pequenas à procura do seu espaço, ao fazê-las depender de programas alheios, de modas, de jogos de interesse e de «oportunidades», alimentando meramente o discurso dominante como faz a televisão, mas ao vivo e a cores.

Não são, portanto, conjunturais ou fruto da crise as medidas agora tomadas e as que se perfilam no horizonte, aleatórias, inevitáveis e restritivas. Vão trazer provavelmente desigualdades de tratamento, anulação da diversidade artística e a sua quase total dependência das instituições e de quem as dirige em nome dos governos, as quais patrocinarão e na verdade serão responsáveis por viabilizar o trabalho dos artistas. Muito já estava anunciado, não soubemos talvez ver. Os tempos são de ataque à auto-estima, à independência e até à dignidade dos artistas que ao serem «descartados» não se distinguem, enquanto trabalhadores da cultura, de todos os que vivem a desvalorização do seu trabalho. Por isso, há que encontrar formas de ver reconhecido o valor e a relevância desse trabalho.

Mas mais importante me parece ser a acção a desenvolver para recuperar a importância perdida da cultura e do teatro na sociedade portuguesa. Qualquer transformação a introduzir nas práticas dos artistas precisa de chamar os públicos em sua defesa. Levar o teatro e o discurso sobre a criação artística a todos os espaços possíveis é arregimentar aliados e contrariar o silenciamento que nos ameaça a todos. A sociedade tem de ser levada a exigir às instituições do Estado que haja teatro, cinema, música, nas suas mais diversas formas, por esse país fora. Esse poderá ser o gesto político mais eficaz dos próximos tempos. O futuro dos artistas será o que uma estratégia bem urdida entre eles e os seus públicos conseguir realizar, recordando as obrigações e responsabilidades do Estado.

25-09-2012



Desculpar-me-á o animoso autor do texto que se pode ler na última página da FICHA 5 (e onde se pedem testemunhos sobre o significado político e o trabalho cultural da Casa da Achada, além de sugestões para «o que fazer» de amanhã), mas não me sinto pessoa talhada a tão puxavante tarefa, que exigiria reflexão assente no conhecimento e na prática subsequente quer da chamada «vida cultural» quer da sua-dela relação com o poder político, aqui entendido este como engrenagem preferencialmente subsidiadora.

Em toda a sua talvez escandalosa simplicidade, eu estou na Casa da Achada por via da amizade, do companheirismo, da solidariedade, da cumplicidade que me ligam sobretudo à Eduarda Dionísio, pessoa com quem partilho umas tantas afinidades não sei se todas electivas por não saber se de eleição podem considerar a casmurrice, a teimosia, o inconformismo visceral, a insistência mesmo nos desaires e, ainda a somar, uma doença, ou vício, ou impulso danado que só poderão ser de carácter masoquista.

É que se sofre muito, caraças! (Eduarda *dixit*), quando nos metemos em trabalhos logo à partida sabidos desgastantes, e sem recompensa à vista que não seja um secreto, calado orgulho por nos termos metido neles. Por sonhos de adolescências prolongadas?, por ingenuidade voluntária, por raiva, por ganas de intervenção no espaço social?, por oposição direi genética aos modelos institucionais do espectáculo cultural cujo alibi mal disfarça a propaganda? Feitas contas, será melhor dizer: porque SIM.

No que me diz respeito, sequer me dou ao trabalho de mais explicações, nem me sinto obrigado a dá-las.

O que é que obrigaria? Uma responsabilidade contraída à minha revelia e que eu nem sei em que se fundamenta? Um dever digamos ideológico, ou moral ou isso? – Acontece que a simples palavra dever me põe em polvorosa, pelo que parto a cavalo rumo aos meus egoísmos mais saborosos – e inofensivos, estejam desencansados.

Desenquadrado, franco-atirador, libertário quando me apetece, não me vejo soldado incorporado em qualquer exército de salvação. Não tenho de salvar coisa nenhuma, nem eu de me salvar do que quer que seja, excepto – e é um esforço graúdo – daquele binómio que funde a estupidez com a malvadez ou a imbecilidade com a falta de carácter. Tirando isso, nem de mim próprio me ponho a salvo.

Neste ponto capital, não ousou chamar a Eduarda à colação. Tem ela outras responsabilidades, sendo filha de quem é, e por isso pulsionada a uma missão de que eu estou naturalmente isento.

Em contrapartida, não estou isento, isso não, de partilhar com ela alguns trabalhos, algumas inquietações, alguns ódios de estimação, alguns temores – isto nos intervalos que forço das minhas disponibilidades pontuais, já que tendo outras coisas com que me entreter, não posso, ao contrário dela, dispor-me a tempo inteiro. Aqui para nós, também não sei se gostaria. O meu tempo inteiro já é escasso e escorre a vertiginosas conta-gotas, vai para um leque de ocupações, e desocupações, que abarcam, sem contradições de maior nem sobressaltos de consciência, alguns misteres de natureza – vá lá – intelectual e outros muitos em que me vejo operário daquilo a que obriga a vida quotidiana – enquanto a houver, e não tenho outra para prescindir desta.

Ora bem: tal liberdade de movimentos, que é o meu oxigénio, cabe extensiva à Casa da Achada por via amistosa da Eduarda, como já disse, e por outra coisa que digo agora: é que eu sabia e sei, de fígada certa, da exigência moral e ética, da probidade intelectual, da honestidade, do altruísmo, e também da invulgar capacidade operativa dessa enorme mulher de formato de bolso que por si só me dava garantia de num certo e melhor sentido eu me sentir também em casa minha – especificando: em casa dela, e sabendo-a eu ao serviço da memória dos seus tutores, prolongando-lhes a exemplaridade cultural e política das suas vidas e obras e abrindo-as, sem concessões oportunistas, à Cidade (com maiúscula), ou ao seu desejo dela. Sem necessidade de manifesto programático de essência ideológica, os actos falam por si e o resto é paleio retórico que entra por um ouvido, faz cócegas, e sai pelo outro. A Casa da Achada como associação de esquerda – e sublinho, mas não discrimino – tem percorrido um caminho consequente com a sua natureza fundacional, tornado tanto mais agreste quanto alheio ao folclore populista que inunda o seu próprio espaço circundante, esta Mouraria condenada ao bodo aos pobres com fatiotas étnicas e fado ao vomitório, ou: a animação reciclada de Leitão de Barros impondo sua hegemonia invasora. Neste aspecto a tornada natural marginalidade da Associação não lhe trouxe, ou traz, benefícios institucionais (as migalhas recebidas claro que contam enquanto migalhas mas não cobrem o mínimo indispensável) nem adesões basistas ditas populares, já que, orelhas moucas à sugestão de um funcionário camarário armado ao pingarelho, não abre balcão e lata dos pobres às comezainas nem ao regabofe das alienações festivas, antes lhe opondo um trabalho alicerçado numa noção de cultura que põe o humano à altura (ética) do humano e não, nunca, abaixo dele.

Cultura erudita *versus* cultura popular? – falsa questão, quando se trata apenas da cultura séria contra, isso sim, a mixórdia demagógica. Tais idiossincrasias são contrárias aos saldos positivos do deve-e-haver, é certo e sabido. A pouca ou nenhuma vocação da Eduarda para pede-esmola, a sua nula habilidade diplomática, bem

como a frontalidade do animal de ataque, também não facilitam. De modos que o futuro da Casa da Achada é uma perfeita incógnita.

Mas – e o futuro do País? E o meu? E o vosso?

Como não alimento teoria, seja ela salvícola seja apocalíptica, nem tenho varinha de condão, fico-me por aqui a viver o presente continuado que não ousa futurar. Quero com isto dizer que não preciso de iludir futuros porventura frutuosos para a Casa da Achada e os todos que estão nela, seu corpo e sua alma. Já não será nada mau imaginar apenas – partindo a Eduarda e eu e todos mais a viajar para outras dimensões da existência ou ausência dela – a Associação persistir, contumaz, em viver um presente em contínuo e em vivê-lo com o mesmo sentido de resistência às solicitações e emboscadas, os novos e velhos fascismos envolventes, por mais mascarados de «democráticos». Para tal e tanto do meu imaginar, só é preciso afinal o mais importante: gente de feição. Pessoas, ao invés de público. Porque só com pessoas há lugar para a liberdade, a independência, a afirmação.

A utopia que concebo assenta pois e apenas nisto: que cada qual do aqui-e-agora traga amanhã outro amigo também.

Ai não há? – Então fecha-se a porta.



## **Autores dos textos**

- António Loja Neves**      Jornalista. Realizador. Colaborador da CA-CMD: ciclos de cinema (apresentação de filmes) e histórias da História.
- Ariana Furtado**      Professora da EB1 n.º 10 (Castelo). Colaboradora da Leitura Furiosa. Organizou a participação de crianças da escola nas sessões sobre Manuel da Fonseca e Alves Redol.
- Diana Dionísio**      Autora de uma dissertação de mestrado sobre Manuela Porto. Fundadora da CA-CMD. Secretária da Direcção da CA-CMD. Trabalha com contrato na CA-CMD, no Arquivo de Mário Dionísio. Coro da Achada. Colaboradora de várias actividades: Leitura Furiosa, Direis que não é poesia, Quem é Maria Letícia, Ciclo A Paleta e o Mundo I e II, Mário Dionísio, um escritor (Solicitações e Emboscadas), Amigos de Mário Dionísio (Manuela Porto), Feira da Achada, etc. Participou na Semana de Abertura e na Semana do 1.º Aniversário.
- João Rodrigues**      Editor. Fundador da CA-CMD. Pertence ao Conselho Fiscal. Coro da Achada. Colaborador de várias actividades: Leitura Furiosa (tradução), Ciclo A Paleta e o Mundo II, Livros das Nossas Vidas, Oficinas, Ciclos de Cinema (apresentação de filmes), Feira da Achada, etc.
- Luis Miguel Cintra**      Actor, encenador. Fundador do Teatro da Cornucópia. Fundador da CA-CMD. Presidente do Conselho Consultivo. Participou na Semana de Abertura e no 1.º Aniversário (leituras). Colaborador da CA-CMD em várias actividades: Livros das nossas vidas (leituras), Amigos de Mário Dionísio.

|                              |  |
|------------------------------|--|
| <b>Luiz Rosas</b>            | Animador da Associação Cardan de Amiens (combate à iliteracia), parceira da CA-CMD. Criador da Leitura Furiosa. Colaborador da CA-CMD em várias actividades: Leitura Furiosa, Grupos de Leitura, Colóquio popular «Pensamentos & Achados na Achada» de que foi o organizador.  |
| <b>Maria Alzira Seixo</b>    | Professora da Faculdade de Letras aposentada. Crítica literária. Fundadora da CA-CMD. Pertence ao Conselho Consultivo. Colaboradora da CA-CMD em várias actividades: Mário Dionísio, um escritor; Amigos de Mário Dionísio; Livros das nossas vidas.   |
| <b>Maria João Brilhante</b>  | Professora da Faculdade de Letras. Ex-directora administrativa do Teatro Nacional D. Maria II. Fundadora da CA-CMD. Pertence ao Conselho Consultivo. Colaboradora da CA-CMD nos Livros das nossas vidas.   |
| <b>Miguel Castro Caldas</b>  | Escritor. Pertenceu ao Coro da Achada. Colaborador da CA-CMD em várias actividades: Leitura Furiosa, Grupos de Leitura, colóquio popular «Pensamentos & Achados na Achada», Ciclo A Paleta e o Mundo I, II, III, Livros das nossas vidas, Ciclos de cinema (apresentação de filmes).   |
| <b>Miguel Serras Pereira</b> | Escritor, tradutor. Colaborador da CA-CMD (oficina de tradução).   |
| <b>Natércia Coimbra</b>      | Bibliotecária-arquivista do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Iniciou a catalogação do Arquivo de Mário Dionísio em 1994. Fundadora da CA-CMD. Pertence à Direcção. Orientadora do trabalho de Arquivo e de Catalogação das Bibliotecas da CA-CMD. Levou a exposição Mário Dionísio – Vida e Obra a Coimbra. Participou na Semana de Abertura e na Semana do 1.º Aniversário.   |
| <b>Pedro Rodrigues</b>       | Musicólogo. Crítico de música. Fundador da CA-CMD. Pertence ao Conselho Consultivo. Maestro do Coro da Achada. Musicou poemas de Mário Dionísio. Colaborador da CA-CMD em várias actividades: Leitura Furiosa, Ciclo A Paleta e o Mundo I, II, III, Direis que não é poesia, Livros das nossas vidas, Ciclos de Cinema (apresentação de filmes), Amigos de Mário Dionísio, Feira da Achada. Participou na Semana de Abertura e na Semana do 1.º Aniversário. |
| <b>Pedro Soares</b>          | Formado em Comunicação Cultural. Desempregado. Coro da Achada. Colaborador da CA-CMD em várias actividades: Ciclo A Paleta e o Mundo II, Direis que não é poesia, Ciclos de Cinema (montagem, legendagem), Oficinas, Feira da Achada. Participou na Semana de Abertura e na Semana do 1.º Aniversário.   |
| <b>Pitum Keil do Amaral</b>  | Arquitecto. Fundador da CA-CMD. Pertence ao Conselho Consultivo. Colaborador da CA-CMD em várias actividades: Ciclo A Paleta e o Mundo I, Amigos de Mário Dionísio. Participou na Semana de Abertura.  |
| <b>Regina Guimarães</b>      | Escritora, realizadora. Fundadora da CA-CMD. Pertence ao Conselho Consultivo. Traduziu para português <i>Le feu qui dort</i> e para francês  |

*Terceira Idade* de Mário Dionísio. Autora do livro *Ver agora melhor o mais distante* (120 textos sobre quadros de Mário Dionísio) que originou uma exposição na CA-CMD. Colaboradora da CA-CMD em várias actividades: Ciclo A Paleta e o Mundo I, Oficinas, Ciclos de Cinema (apresentação de filmes), visitas guiadas a exposições, Filmes da Achada (realização e montagem). Participou na Semana de Abertura e na Semana do 1.º Aniversário.

**Rui Canário**

Professor aposentado de Ciências da Educação. Fundador da CA-CMD. Presidente da Mesa da Assembleia-Geral. Colaborador da CA-CMD em várias actividades: Edições, Ciclo A Paleta e o Mundo I, Mário Dionísio, um escritor e outras coisas mais, Itinerários. Participou na Semana de Abertura.

**Rui-Mário Gonçalves**

Crítico de arte. Professor aposentado da Faculdade de Letras de Lisboa. Fundador da CA-CMD. Pertence ao Conselho Consultivo. Colaborador da CA-CMD em várias actividades: Exposições; Edições; Ciclo A Paleta e o Mundo I, II e III; Mário Dionísio, um escritor e outras coisas mais; visitas guiadas a exposições. Participou na Semana de Abertura.

**Saguenail  
(Serge Abramovici)**

Cineasta, escritor, professor. Fundador da CA-CMD. Autor de um texto sobre *Le Feu qui dort* de Mário Dionísio. Colaborador da CA-CMD em várias actividades: Oficinas (vídeo); Mário Dionísio, um escritor; Livros das Nossas Vidas; Ciclos de cinema. Participou na Semana de Abertura.

**Vítor Silva Tavares**

Editor. Fundador da CA-CMD. Vice-presidente da Direcção. Colaborador da CA-CMD em várias actividades: edições, Ficha, oficina (paginação), Livros das Nossas Vidas, Ciclos de cinema (programação e apresentação de filmes), Itinerários. Participou na Semana de Abertura.

**Youri Paiva**

Formação em fotografia. Trabalha com contrato na CA-CMD – abertura da Zona Pública, informação, etc. Pertence ao Coro da Achada. Colaborador de várias actividades: Oficinas (fotografia), Feira da Achada, Ciclos de cinema (apresentação de filmes).